



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPUS LAGO DA PEDRA
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LETRAS

LETICIA FERREIRA DA SILVA

**OS PERCALÇOS DA MATERNIDADE SOLO NA OBRA *QUARTO DE
DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA* DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

LAGO DA PEDRA – MA
2025

LETICIA FERREIRA DA SILVA

**OS PERCALÇOS DA MATERNIDADE SOLO NA *OBRA QUARTO DE
DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA* DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Monografia apresentada ao curso de Letras da
Universidade Estadual do Maranhão para a
obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof^a. Ma. Deyse Gabriely
Machado Brito

LAGO DA PEDRA – MA
2025

S581p Silva, Leticia Ferreira da.

Os percalços da maternidade solo na obra Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. / Letícia Ferreira da Silva – Lago da Pedra-MA, 2025.

57 f: il.

Monografia (Graduação em Letras com Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa), Universidade Estadual do Maranhão-UEMA/ Campus Lago da Pedra, 2025.

Orientador: Prof^a. Ma.Deyse Gabriely Machado Brito

1. Maternidade Solo 2. Carolina Maria de Jesus
3. Decolonialidade 4. Quarto de Despejo 5. Diário de uma Favelada

CDU: 325.5 :82-3.09

Elaborada por Poliana de Oliveira Ferreira CRB/13-702 MA

LETICIA FERREIRA DA SILVA

OS PERCALÇOS DA MATERNIDADE SOLO NA OBRA *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA* DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Monografia apresentada ao curso de Letras da
Universidade Estadual do Maranhão para a
obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof^a. Ma. Deyse Gabriely
Machado Brito

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



DEYSE GABRIELY MACHADO BRITO
Data: 29/07/2025 13:15:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ma. Deyse Gabriely Machado
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA

Documento assinado digitalmente



FRANCISCA DE SOUSA VASCONCELOS
Data: 29/07/2025 11:27:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Esp. Francisca de Sousa Vasconcelos
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
Avaliador (a)

Documento assinado digitalmente



AUREA OLIVEIRA DE ARAUJO NASCIMENTO
Data: 29/07/2025 16:04:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Esp. Áurea Oliveira de Araújo Nascimento
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
Avaliador (a)

LAGO DA PEDRA – MA
2025

Dedico este trabalho à minha família, ao meu esposo, meu pai, meu irmão, minha filha e, especialmente, à minha mãe, que são minha base, meu refúgio e minha maior motivação.

AGRADECIMENTOS

A princípio, quero expressar minha gratidão a Deus por sempre iluminar e guiar meus passos, concedendo-me sabedoria, coragem e força para que este trabalho pudesse ser concluído com êxito.

Agradeço ao meu pai Ednaldo e à minha mãe Dângela, que sempre me incentivaram a estudar, a não desistir, e me fizeram descobrir que o estudo é o melhor caminho e que o conhecimento transforma vidas. Além disso, nunca mediram esforços para me ajudar nessa trajetória. Foram eles que cuidaram da minha filha enquanto eu frequentava a faculdade. Seu cuidado, apoio e amor foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu esposo Ector Andrew, minha gratidão pelo apoio, amor, presença e conselhos, que foram essenciais para a construção deste trabalho. Durante toda a trajetória, ele nunca permitiu que eu desistisse, sempre me incentivando e mostrando que sou inteligente e capaz de ir além.

Sou profundamente grata à minha amiga Milena Castro, que esteve comigo em todos os momentos. Uma verdadeira amiga e irmã que Deus colocou em minha vida. Agradeço pela sua amizade sincera. Compartilhamos muitos momentos difíceis e felizes, dividindo os fardos e tornando a caminhada mais leve. Obrigada por tudo, amiga.

Agradeço também às amigas que a faculdade me deu: Anita, Natália, Bárbara, Maria Eduarda e Naalanda. A amizade, a parceria, as risadas e o apoio que compartilhamos tornaram essa jornada mais leve e inesquecível. Cada momento vivido ao lado de vocês ficará marcado em minha memória e levarei comigo para sempre. Obrigada por fazerem parte dessa trajetória.

À minha orientadora, Profa. Ma. Deyse Gabriely, deixo minha profunda gratidão por toda a paciência, orientação e dedicação ao longo deste processo. Sua escuta atenta, sensibilidade e sabedoria foram fundamentais para o meu crescimento, não apenas acadêmico, mas também pessoal. É uma profissional que admiro profundamente, pela forma generosa e inspiradora com que conduz seu trabalho. Serei eternamente grata por ter tido a honra de ser sua orientanda.

Por fim, dedico este trabalho à minha filha Maya Maria, que é o meu combustível diário, minha fonte de motivação e perseverança. Ela me mostra todos os dias que desistir

não é o caminho. Por mais difíceis que sejam os obstáculos, devemos lutar até o fim, pois após o choro, vem a alegria.

Agradeço também à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), instituição que me acolheu e me proporcionou a oportunidade de crescer academicamente e como ser humano. Sou grata pelo ensino de qualidade, pelos professores comprometidos e pela estrutura que me permitiu trilhar essa jornada com dignidade e aprendizado. Levo comigo não apenas o conhecimento adquirido, mas também os valores e experiências vividas durante essa etapa tão significativa da minha vida.

“... A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos como encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o lugar onde moro.”

(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como a maternidade solo da mulher negra é retratada na obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, refletindo estruturas opressoras herdadas do período colonial e perpetuadas na contemporaneidade. Como objetivos específicos, busca-se: investigar como a marginalização influencia a autoria feminina negra na literatura brasileira, destacando a escrita como forma de resistência e representação das vivências periféricas; compreender como a colonialidade de poder e de gênero reforça desigualdades que marcam a maternidade solo negra; e analisar, a partir da obra da autora, as condições sociais e os desafios enfrentados por mulheres negras periféricas na maternidade solo. A fundamentação teórica apoia-se nas teorias decoloniais de autores como Quijano (2005); Mignolo (2017); Lugones (2008); Oyéwumi (2020); Crenshaw (2004); Ferréz (2005) e Fanon (2008). A abordagem é de caráter qualitativa, e baseia-se em pesquisas bibliográficas. Este estudo se faz importante por abordar o contexto da literatura brasileira contemporânea, que busca analisar a figura da mulher negra, pobre, mãe e marginalizada. Embora existam diversas pesquisas sobre esse contexto, este estudo analisa fatos históricos que ainda se movimentam atualmente, como o trabalho de força física, o preconceito de raça e gênero, e de maneira significativa, as questões relacionadas a maternidade.

Palavras-chave: Maternidade solo; Carolina Maria de Jesus; Decolonialidade; Literatura; *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*.

ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze how black women's single motherhood is portrayed in the work *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, by Carolina Maria de Jesus, reflecting oppressive structures inherited from the colonial period and perpetuated in contemporary times. The specific objectives are: to investigate how marginalization influences black female authorship in Brazilian literature, highlighting writing as a form of resistance and representation of peripheral experiences; to understand how the colonality of power and gender reinforces inequalities that mark black single motherhood; and to analyze, based on the author's work, the social conditions and challenges faced by peripheral black women in single motherhood. The theoretical foundation is based on the decolonial theories of authors such as Quijano (2005); Mignolo (2017); Lugones (2008); Oyéwumi (2020); Crenshaw (2004); Ferréz (2005) and Fanon (2008). The approach is qualitative and based on bibliographical research. This study is important for addressing the context of contemporary Brazilian literature, which seeks to analyze the figure of the black, poor, motherly and marginalized woman. Although there are several studies on this context, this study analyzes historical facts that are still in motion today, such as physical strength work, racial and gender prejudice, and, significantly, issues related to motherhood.

Keywords: Single motherhood; Carolina Maria de Jesus; Decoloniality; Literature; *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	TEORIA DA MARGINALIZAÇÃO E A AUTORIA FEMININA NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA.....	14
2.1	A MARGINALIZAÇÃO LITERÁRIA	16
2.2	A OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS	19
3	COLONIALIDADE: CONCEITOS PARA ENTENDER A ESTRUTURA MODERNA.....	22
3.1	COLONIALIDADE DE PODER E COLONIALIDADE DE GÊNERO	25
3.2	RELAÇÕES ENTRE A COLONIALIDADE DE GÊNERO E A MATERNIDADE SOLO	29
4	A MATERNIDADE SOLO EM <i>QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA</i>, DE CAROLINA MARIA DE JESUS	34
4.1	AS CONDIÇÕES SOCIAIS E A FALTA DE APOIO PÚBLICO/ SOCIAL	42
4.2	A FIGURA FEMININA COMO PROVEDORA E CUIDADORA.....	45
4.3	CONFLUÊNCIAS ENTRE PASSADO E PRESENTE.....	49
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira passou por fases intrinsecamente patriarcais. Desde o período colonial até meados do século XIX, os escritores eram, em sua maioria, homens da elite burguesa; as mulheres estavam excluídas de tais cargos, isto posto, a parcela de mulheres brancas, cisgênero e com uma boa condição financeira. Ademais, as mulheres negras estavam à margem da sociedade, sofrendo diversos tipos de opressões e silenciamento, sem oportunidade no meio literário.

As produções literárias feitas por mulheres eram escassas, pois estas eram submetidas pelo sistema patriarcal a serem somente donas de casa e mães de seus filhos. Em última instância, poderiam fazer uma faculdade, mas somente para lecionar para as crianças, sem almejar uma carreira promissora na área da literatura, ser escritora atuante no mercado como os homens.

As condições das mulheres negras eram muito mais difíceis, partindo de um país pautado no padrão colonial, racista e misógino e em um contexto abolicionista e escravocrata que submetia os negros ao lugar de submissos, o público feminino não tinha voz para relatar e registrar suas histórias. Por muito tempo, homens brancos constituíram o cenário literário; sob um viés colonialista, a história foi contada sob um ponto de vista: o do colonizador.

Portanto, o cânone brasileiro oitocentista é composto por obras que retratam os negros de maneira negativa, estereotipada e marginalizada. Suas vozes foram silenciadas durante séculos, e suas memórias e vivências mantidas em segundo plano. As mulheres negras não tinham posto de protagonistas em suas próprias histórias; terceiros eram encarregados de contar uma versão distorcida dos fatos.

No entanto, ainda no século XIX, temos autoras como Maria Firmina dos Reis, que dá voz aos negros, subvertendo a narrativa de subalternos e o estereótipo do negro escravizado. Sendo uma mulher negra e afrodescendente, Reis foi a primeira mulher negra a publicar um romance abolicionista no Brasil. Sua narrativa é permeada de denúncias e críticas ao sistema escravocrata. Seus personagens negros saem do plano secundário e ganham voz no romance ao narrarem suas próprias histórias, personagens que resgatam a memória de sua terra natal, antes de serem retirados da África para serem escravizados no Brasil, trazendo consigo sua ancestralidade e o repúdio à condição de cativos.

A voz da mulher negra foi marginalizada durante muitos séculos, sem o devido reconhecimento; autoras negras ficaram no ostracismo, suas publicações e textos se perderam no tempo, algumas só foram resgatadas através de pesquisas e estudos acadêmicos. Outras só receberam o devido crédito na literatura contemporânea, como é o caso da escritora Carolina Maria de Jesus.

É neste contexto que se percebe a literatura feminina periférica, esta que se encontra à margem do cânone literário. Carolina era mulher negra e periférica, mãe solo que criou seus filhos em meio à luta e resistência diante de um sistema opressor. O presente estudo tem como objetivo geral analisar como a maternidade solo da mulher negra é retratada na obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, refletindo estruturas opressoras herdadas do período colonial e perpetuadas na contemporaneidade.

Como objetivos específicos, busca-se: investigar como a marginalização influencia a autoria feminina negra na literatura brasileira, destacando a escrita como forma de resistência e representação das vivências periféricas; compreender como a colonialidade de poder e de gênero reforça desigualdades que marcam a maternidade solo negra; e analisar, a partir da obra da autora, as condições sociais e os desafios enfrentados por mulheres negras periféricas na maternidade solo.

A fundamentação teórica apoia-se nas teorias decoloniais de autores como Quijano (2005); Mignolo (2017); Lugones (2008); Oyěwùmí (2020); Crenshaw (2004); Ferréz (2005) e Fanon (2008). A abordagem é de caráter qualitativo e baseia-se em pesquisas bibliográficas.

Este estudo se faz importante por abordar o contexto da literatura brasileira contemporânea, que busca analisar a figura da mulher negra, pobre, mãe e marginalizada. Embora existam diversas pesquisas sobre esse contexto, este estudo analisa fatos históricos que ainda se movimentam atualmente, como o trabalho de força física, o preconceito de raça e gênero, e, de maneira significativa, as questões relacionadas à maternidade.

A exposição dos resultados deste estudo organiza-se em quatro capítulos, incluindo esta introdução. Dessa maneira, o segundo capítulo introduz a discussão sobre como as escritoras negras foram historicamente marginalizadas na literatura brasileira, destacando os desafios enfrentados para legitimar suas vozes e experiências. Ademais, aborda como ocorre a marginalização literária e a importância da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, no cenário da literatura periférica, dando voz ao subalterno.

Destaca-se no terceiro capítulo a noção de colonialidade como chave interpretativa para compreender as desigualdades estruturais persistentes na modernidade, utilizando conceitos formulados por autores decoloniais como Quijano e Mignolo. Em sequência, discute-se a concepção de colonialidade de gênero, proposta por Oyěwùmí e Lugones, que compreende as múltiplas formas de opressão que afetam as mulheres negras, colocando-as em posição de extrema vulnerabilidade social e exclusão. Por fim, relaciona os conceitos anteriores com a realidade da maternidade solo vivida por mulheres negras.

Portanto, o capítulo quatro se aprofunda na análise da obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, destacando o tema da maternidade solo. Posteriormente, são discutidas as condições sociais e a maternidade, a imagem da mulher como provedora e cuidadora, outrossim as confluências entre passado e presente e o papel de atuação das mulheres na sociedade. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências.

2 TEORIA DA MARGINALIZAÇÃO E A AUTORIA FEMININA NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA

Durante muito tempo, os homens e as mulheres estiveram em posições diferentes, desenvolvendo trabalhos, funções e comportamentos opostos. Mas, o tempo passou e muitos costumes foram se modificando e o sexo feminino foi ganhando espaço na sociedade, outrora que era vista apenas como cuidadora do lar, da família, do esposo e dos filhos. Contudo, a luta por espaço e reconhecimento ainda continua.

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível. (Perrot, 2007, p.110).

Na contemporaneidade, observa-se uma transformação significativa no papel da mulher na sociedade, no passado, elas que eram vistas como esposa submissa, atualmente estão desenvolvendo trabalho e funções importantes tanto quanto aos homens, cujo trabalho era destinado somente ao sexo masculino, nos dias de hoje, o sexo feminino vem ganhado mais espaço deixando de ser uma figura dependente para ser provedora e destacando-se em diversas funções.

Entretanto, a luta da mulher para ganhar espaço e voz ainda persiste em uma sociedade marcada pelo machismo e preconceito. Quando se trata da mulher negra, essa luta torna-se mais árdua, como se sua presença fosse excluída. Um exemplo emblemático dessa resistência é Carolina Maria de Jesus, ela que vivia em uma favela com seus três filhos, era marginalizada, catadora de lixo, registrava no diário o seu cotidiano e da comunidade periférica dando voz a uma realidade que até então era ignorada ou apenas retratada pela elite. Sem perceber, Carolina tornou-se um símbolo de empoderamento e resistência para as mulheres negras e pobres, mostrando a importância da representatividade e da valorização das vozes periféricas.

Ao falar sobre a literatura brasileira, nota-se uma maior visibilidade para escritores masculinos, enquanto a produção literária de mulheres negras ainda é pouco reconhecida. Ainda que exista uma ampla gama de escritoras negras que escreve e publica, ainda é ausente a presença dessas mulheres no campo da literatura, muitas delas permanecem a margem do reconhecimento devido ao preconceito de raça e gênero. Durante muito tempo, essas mulheres foram silenciadas, tendo suas obras inviabilizadas pela sociedade. Diante disso, essas mulheres negras usam a literatura para manifestar os sentimentos de exclusão da sociedade. Essas escritoras não falam apenas de mulheres, mas de mulheres negras que expõem o que vivem diante de uma sociedade preconceituosa. Nessa

perspectiva, sobre elas, Maria Aparecida Andrade Salgueiro traça o seguinte pronunciamento:

Escrevendo da perspectiva “mulher” e “negra”, escritoras de origem africana tais como Conceição Evaristo, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Lia Vieira, Sonia Fátima da Conceição, Geni Guimarães, entre outras, examinam a individualidade e as relações pessoais como uma forma de compreensão de questões sociais complexas, tais como a vida à margem nas grandes cidades, o preconceito nas situações mais corriqueiras do dia a dia, a exclusão já presente nos livros escolares. Narram sob ótica nitidamente feminina, problemas do cotidiano das mulheres negras, em formato repleto de poesia, e pleno de referências culturais, que buscam momentos fortes de uma cultura que se reconstitui (Salgueiro, 2001, p. 2).

Os textos dessas escritoras de origem africana revelam fortemente os problemas enfrentados no cotidiano pelas mulheres negras no Brasil, elas trazem à tona questões importantes e muitas vezes negligenciadas, ajudando a ampliar a compreensão das complexas questões sociais que perpassa na vida das mulheres negras brasileiras. Ao assumir a voz-mulher, essas escritoras ampliam o significado da escrita feminina da mulher negra no Brasil que diversas vezes foi silenciada, essas escritoras afro-brasileiras trazem à tona a realidade das mulheres negras nas periferias, sendo marginalizadas, excluídas da sociedade, a luta contra o racismo, desigualdades de gênero e outras formas de opressão. A escrita feminina contemporânea busca derrubar essas barreiras que existem, desafia os espaços tradicionais e denuncia as injustiças enfrentadas pelas mulheres.

Acerca disso, a escrita tem se tornado um meio de expressão acessível para todas as classes, especialmente a população periférica. Através da escrita, essa classe tem a oportunidade de denunciar a realidade vivida. Um exemplo marcante, foi Carolina Maria de Jesus, uma das primeiras escritoras a relatar os desafios e as dificuldades que vivia no cotidiano. A partir de então, outros escritores periféricos ganharam visibilidade, compartilhando suas experiências, trazendo reflexões a respeito das lutas por meio da literatura. Além da literatura existe outros tipos de expressões artísticas oriundas da periferia, o universo da cultura hip hop, como o rap, a arte de rua e o grafite, entre outros.

Nesse contexto, surge a literatura marginal, esse termo “marginal” aparece na década de 1970 com a *Poesia Marginal* ou a *Geração de Mimeógrafo*, esta era representada por poetas como Ana Cristina César, Cacaso e Paulo Leminski. Na maioria de classe média e alta originários do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1990 essa nomenclatura aparece novamente para representar um novo grupo, escritores da periferia. Com um destaque diretamente ao poeta Ferréz, ele retomou ao termo para caracterizar a literatura produzida por ele e outros autores. Essa literatura então, surge como

manifestação que proporciona para os autores uma voz mais autêntica vindo da periferia, que reflete a falta de assistência para a comunidade periférica, a violência, desigualdades e a luta pela sobrevivência, esses são alguns temas abordados na literatura que são os desafios enfrentados pelos que habitam na periferia. A utilização da linguagem não “cultura” nas obras, usando as gírias e a fala do cotidiano permite ao leitor que compartilha dessa mesma realidade uma identificação mais profunda. Porém, essa nomenclatura “marginal” por possuir uma escrita própria, ainda não são vistas como parte do cânone literário.

Quando eu lancei o Capão Pecado me perguntavam de qual movimento eu era, se eu era do modernismo, de vanguarda... e eu não era nada, só era do hip hop. Nessa época eu fui conhecendo reportagens sobre o João Antônio e o Plínio Marcos e conheci o termo marginal. Eu pensei que era adequado ao que eu fazia porque eu era da literatura que fica à margem do rio e sempre me chamaram de marginal. Os outros escritores, pra mim, eram boyzinhos e eu passei a falar que era literatura marginal. (Ferrez, 2004 *apud* Nascimento, 2006).

Nesse trecho, Ferréz comenta como foi o início desse termo “*literatura marginal*”, ele busca valorizar a sua voz e dos outros escritores. Ferréz se posiciona não apenas como um simples escritor a margem, mas como um porta-voz da comunidade periférica em busca de mais igualdade e respeito. Autores como Sergio Vaz, Ferréz, Duguetto Shabazz e Allan Santos da Rosa se assumem como escritores marginais, pois eles consideram a sua produção à margem da sociedade, devido a linguagem, ordem textual e os problemas socioeconômicos.

2.1 A marginalização literária

Há muito tempo, as vozes das pessoas periféricas foram silenciadas, sem espaço para se expressar ou serem ouvidas na sociedade. Entretanto, a literatura feita por essa classe de minoria serve para denunciar diversas violências que enfrentam, além de refletir suas experiências e visões do mundo. Antes, a representatividade da comunidade periférica era relatada apenas por pessoas que não faziam parte dessa camada periférica, sendo assim eles escreviam em nome deles. Nesse cenário, Ferréz traça o seguinte comentário:

A Literatura Marginal sempre é bom frisar é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita a margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, isto é, os de grande poder aquisitivo. Mas alguns dizem que sua principal característica é a linguagem, é o jeito que falamos, que contamos a história, bom isso fica para os estudiosos, o que a gente faz é tentar explicar, mas a gente fica na tentativa, pois aqui não reina nem o começo da verdade absoluta. (Ferréz, 2005, p. 12-13).

Ferréz, destaca a literatura marginal como feito por pessoas que não fazem parte de uma elite intelectual ou financeira do país, mas, de pessoas que estão em busca de reconhecimento e luta pela valorização da cultura, identidade e das lutas enfrentadas no cotidiano. Essa literatura traz à tona a experiência vivida e dá voz aquelas pessoas que antes eram silenciadas.

A comunidade periférica, está sempre buscando ganhar reconhecimento de diversas formas, seja pela música, escrita, grafite, disc jockey, moda hip hop, entre outros. Para que assim possam ser vistos e respeitados pela sociedade. Em 2007 houve a *Semana da Arte Moderna da Periferia*, organizado pelo poeta Sérgio Vaz, que envolveu atividades com artes plásticas, literatura, dança, teatro e entre outras manifestações. Reivindicaram os direitos que não tinham na comunidade como espaços culturais e a falta de oportunidades.

Contra a barbárie que é a falta de bibliotecas, cinemas, museus,
teatros e espaços para o acesso à produção cultural.
Contra reis e rainhas do castelo globalizado e quadril
avantajado.
Contra o capital que ignora o interior a favor do exterior. Mia
mi pra eles?
‘Me ame pra nós!’.
Contra os carrascos e as vítimas do sistema.
Contra os covardes e eruditos de aquário.
Contra o artista serviçal escravo da vaidade.
Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada.
A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor. (Vaz, 2008,
p.246-250).

Nessa perspectiva, o escritor e morador da favela denuncia a falta de espaço de lazer na comunidade, além de expor o racismo, a dor e a exclusão da favela dentro da sociedade. No entanto, a *Semana da Arte Moderna da Periferia*, surge como forma de resistência, mostrando que a favela também produz cultura e arte. Entretanto, ainda há muito preconceito relacionado a cor e a origem das pessoas, pois, quando mencionam que vivem em uma favela, já são alvos de estereótipos negativos, sendo associados com a criminalidade. Isso ocorre porque a narrativa predominante reforça essa ideia, em vez de destacar a luta pela inclusão e valorização da identidade.

Na obra de Ferréz, *Capão Pecado* (2005), ele utiliza a linguagem cotidiana e gírias que são usados frequentemente no ambiente periférico como forma de reconhecimento e valorização das diversas culturas que emergem nas periferias.

[...] e que desconfiava que haviam sido os manos da Paraisópolis que tinham contratado o Burgos pra fazer o serviço: afinal as bocas não podem se dar ao luxo de ficar com prejuízo, porque senão os negócios despencam: é só um nóia

saber que tal mano comprou na boca, não pagou, e nada aconteceu, que tá feito o boato que os chefes da boca não tão com nada. O respeito tem que prevalecer. (Ferréz, 2005a, p. 33).

Diante disso, a obra revela aspectos da vida das pessoas na favela, evidenciando a realidade social e os problemas enfrentados no cotidiano por meio de uma linguagem que reflete a autenticidade e a identidade dos personagens. Assim, *Capão Pecado* se afasta da literatura tradicional ao adotar uma linguagem e uma temática periférica, permitindo se distanciar dos padrões para uma literatura marginal. De acordo com (Santos, 2006, p. 3) “descentramento: *Capão Pecado* não tem a ilusão de pertencer ao chamado centro – universidade, centro econômico e literário”.

O escritor Ferréz deseja que essa literatura vá além, não fique restrita somente na periferia, mas que tenha igualdade entre as classes sociais e a culturais.

Participando, em 2004, de uma mesa no Seminário Cultura e Desenvolvimento, o Ferréz, indignado, disse: ainda que eu escreva prioritariamente para minha comunidade, não quero minha literatura no gheto. Quero entrar para o cânone, para a história da literatura como qualquer um dos escritores novos contemporâneos. E não acho também que minha comunidade deve se limitar à minha literatura, ela tem o direito de ter acesso ao Flaubert. (Ferréz, 2013, p.5).

Nesse cenário, o escritor destaca a importância de entrar para o cânone literário, pois a literatura marginal deve expandir para que comunidade tenha acesso a outros clássicos da literatura, para que eles usufruam da cultura que lhes são destinadas. Nesse sentido, deve-se olhar para o lado que a comunidade periférica luta por seus direitos e inclusão na sociedade.

Sergio Vaz e Ferréz são os pilares para a permanência da literatura marginal. Ambos os autores não se preocupam em produzir suas obras, mas eles incentivam as outras pessoas da periferia a se tornarem leitores e escritores, pois a partir da arte há possibilidade de tornarem-se reconhecidos pelas próprias narrativas de vida.

Diante disso, Sergio Vaz e Ferréz em suas obras enfatizam a resistência da comunidade, pois diariamente sofrem preconceito e exclusão da sociedade. Os textos mostram a luta constante para que a produção permaneça e tenha cada vez mais destaque no mundo literário e a valorização da identidade marginalizada, que esta seja vista e ouvida diante da sociedade elitizada.

Sob esse viés, pode-se visualizar como, de forma semelhante, a escrita de Carolina Maria de Jesus percorre o itinerário da literatura marginal. Ao considerar como a sensibilidade metafórica de denunciar a favela como um “*quarto de despejo*”, isto é, um espaço indesejável para onde “coisas” indesejáveis são destinadas, observa-se como há a

presença da marginalização e da resistência nos diários da autora, o que é situado no tópico a seguir.

2.2 A obra de Carolina Maria de Jesus

A obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, foi publicada em 1960 e se destacou como a primeira obra a retratar o cotidiano das pessoas na periferia sob a perspectiva de uma mulher negra. Carolina Maria de Jesus foi uma mulher forte, corajosa e resistente, era negra e tinha três filhos e enfrentava diariamente as dificuldades impostas pela desigualdade social.

Escrita em forma de diário, o livro relata como as pessoas viviam, de forma precária e insalubre, a autora enfatiza a marginalidade, preconceito, exclusão social e a ausência do poder público. De fato, essa obra vem ganhando espaço, pois evidencia os problemas sociais como a desigualdade social e o preconceito, dificuldades essas que persistem na contemporaneidade.

Além disso, essa obra denúncia não só o descaso com a comunidade periférica, mas trata sobre a condição a quais os negros, homens e mulheres estavam dispostos nesse período em que o livro foi lançado.

No geral, a obra de Carolina de Jesus é considerada como portadora de grande força e autenticidade. Os adjetivos dados pela crítica a sua obra variam de surpreendente e comovente, a ingênua e bizarra. Mas o certo é que a obra de Carolina não é fruto de uma refinada elaboração estética. Pode-se dizer que é “literatura em estado bruto”, resultado contundente da ação de viver. É a experiência da vida transformada em mensagem literária. É potência da vida: relatos de miséria tornados arte. (Fonseca et al, 2006, p. 146).

Carolina Maria de Jesus, não foi uma escritora tradicional, aquela escritora considerada padrão da sociedade. Ela transformou sua literatura em arte, os seus escritos não eram gramaticalmente corretos, mas isso não foi um problema para que a obra não fosse vista, pois sua narrativa refletia ensinamentos e resistências de uma mulher pobre e negra, diante das mazelas que as pessoas viviam no subúrbio, Carolina quis mostrar a realidade da favela, um ambiente precário em que eles não tinham os direitos básicos como a saúde, moradia e educação.

Assim, a obra evidencia uma reflexão sobre os direitos humanos, uma vez em que muitos ainda vivem nessa calamidade que negam sua humanidade e dignidade, são escritos de uma realidade passada, mas que ainda persistem na atualidade.

a calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura pela felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver

problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. (Hannah Arendt 2012, p. 404).

Com essas palavras da filósofa Alemã Arendt, considera-se a busca de Carolina por espaço na sociedade, por condições dignas de sobrevivência, o sentimento principal que a autora expressa é de exclusão social, ao decorrer de toda obra é enfatizado a ausência do poder público de não oferecer o necessário para a comunidade, dificultando a reivindicação dos direitos e da busca por reconhecimento.

Outro aspecto importante a ser abordado em *Quarto de Despejo* na perspectiva dos direitos humano se faz referência ao problema da fome e extrema pobreza, em todo diário a fome se torna um pivô de revolta, que a todo tempo está presente no barraco de Carolina e das outras pessoas que viviam na periferia. Ao decorrer das décadas, este problema ainda é causa de sofrimento na vida de milhares de pessoas no Brasil, mesmo em um mundo moderno e globalizado ainda existem pessoas que enfrentam dificuldades para sobreviver.

Essa persistência da fome ainda é muito discutida, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) a fome acomete 33,1 milhões de pessoas no Brasil, o que significa que 15,5% da população brasileira tem acesso irregular a alimentação. O impacto da fome é causado pela má distribuição de renda e a desigualdade socioeconômica, enquanto em um pequeno grupo se concentra a maior renda, outra parcela ampla da população detém poucos recursos e esse mesmo aspecto é o causador da pobreza e insegurança alimentar.

Nessa perspectiva, a fome se torna a causa de desconstrução da dignidade humana. Assim, *Quarto de Despejo* frisa a questão da fome como um problema social vigente no país, algo que acomete nas grandes zonas periféricas dos centros urbanos. Nos escritos de Carolina observa-se o empoderamento feminino, partindo da própria autora do livro. A partir dos anos 60 o número de divórcios cresceu e muitas mulheres ficaram como provedoras de lar, tendo que criar os filhos sem ajuda de um cônjuge. Carolina, representa inúmeras mulheres que trabalham duramente para não faltar o necessário para os filhos.

A chefia feminina é outra característica associada a esse tipo de arranjo familiar. (...) percebe-se que a grande maioria das monoparentais vem de há muito, isto é, a partir dos estudos de 1970, sendo chefiada por mulheres. O aumento do número de separações e divórcios, com menor chance de (re)casamento para as mulheres, a sobre mortalidade masculina, produzindo mais viúvas que viúvos, e os emergentes estilos de vida – novas formas de união se coabitação ou prole sem casamento – são os principais determinantes de tal situação. (Berquó, 1998, p. 429).

Nesse contexto, analisa-se o aumento de mulheres sendo chefe de famílias que se separam dos parceiros e ficam com a responsabilidade de criar e educar os filhos. Muitas delas optam por não estabelecer um novo relacionamento, pois pensam que podem se frustrar novamente com a nova relação. Esse aspecto é abordado por Carolina que menciona na sua obra o fato de não querer mais um cônjuge e termina fazendo um papel de monoparental.

Assim, Carolina foi destaque por apresentar as condições que ela e os vizinhos viviam na favela. Apesar das dificuldades, preconceito e o esquecimento que se estende a mulher, trouxe um legado de uma obra autêntica, importante, humana e verdadeira que reflete no presente momento. Em todo escrito a autora deixou marcas de uma sociedade desigual, que mesmo com essa denúncia a favela vem sendo o refúgio para milhões de brasileiros.

3 COLONIALIDADE: CONCEITOS PARA ENTENDER A ESTRUTURA MODERNA

Por volta dos anos 1500 o mundo era caracterizado com o sistema policêntrico, ou seja, um mundo com múltiplos centro de poder. Um exemplo é a China com a dinastia de Ming que reinava de 1368 a 1644, Sultanatos Islâmicos e reinos africanos. Atualmente, no século XXI o mundo está centrado no capitalismo, entretanto há uma diversidade de teorias práticas e políticas.

O processo de colonização no Brasil foi complexo e extenso. Com a chegada dos portugueses ao Brasil desencadeou-se diversos conflitos que provocou uma série de eventos, mudanças sociais, econômicas e culturais. Essas mudanças moldaram a sociedade brasileira criando as desigualdades e relações de poder que perpassam no país até hoje. A partir desse processo de colonização houve exploração econômica, escravização de africanos e indígenas. Quanto a questão de gênero, apesar da renegação comum à mulher, observa-se que havia um certo privilégio das mulheres brancas, à medida que as mulheres negras eram tratadas com inferioridade e julgadas como desumanas. Assim, com esse tratamento refletia as desigualdades raciais e de gênero.

Nessa perspectiva, a classificação de raça, cor e gênero está relacionado ao passado colonial e escravocrata que perpassa até os dias atuais. Com efeito, esse viés impacta na falta de oportunidade para essa população como o acesso à educação, saúde, emprego e a igualdade, desafios que essa população enfrenta, enraizados desde a colonização imposta pela hierarquização de poder. Assim, foi estruturado o capitalismo, pois muitas pessoas desprovidas não tem o mesmo privilégio das pessoas consideradas da classe alta.

Com efeito, se observados os principais eixos de exploração e dominação social em escala global, as linhas mestras do poder mundial atual, a sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população mundial, é impossível não enxergar que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias” ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante (Quijano, 1992, p. 12).

Observa-se que o sistema de poder global que iniciou no período colonial quando a Europa começou a conquistar e a dominar outras partes do mundo como a América, ainda existe até hoje, pois quem manda é quem tem dinheiro e a população mais vulnerável, as que sofrem por discriminação e estão no grupo de pessoas que foram

chamadas de raças, etnias e nações diferentes são aquelas que foram historicamente colonizadas.

Em um certo momento da história, o controle de trabalho que antes era fragmentada visto que cada sociedade organizava o trabalho de um jeito, como a escravidão, servidão, produção de mercantil, entre outras. Após, o capitalismo mundial começou a se homogeneizar, o trabalho começou a funcionar em uma coisa só, em um sistema global que controlava a atividade e esse sistema começou a girar em torno do capital, ou seja, o foco era no dinheiro, tudo que era feito pensava-se no lucro.

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, estabelecia-se, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial. (Quijano, 2005, p. 118).

Assim, com esse novo jeito de trabalho que funcionava no mundo todo baseado no capital, Quijano (2005) classificou esse novo sistema como Capitalismo Mundial. O resultado dessa articulação não reflete apenas em um sistema econômico, mas uma nova forma de organizar a sociedade, no qual, as relações de poder estão definidas especialmente pela circulação de capital modificando as dinâmicas do poder e controle social, com isso gerando novas formas de dominação e exclusão.

Desse modo, há uma interdependência entre a modernidade e a colonialidade, pois uma não pode existir sem a outra. Segundo o que afirma o semiólogo argentino Walter Dignolo (2017) não há modernidade sem a colonialidade, dado que a construção da modernidade ocidental foi sobre as bases das práticas colônias e das relações de poder que surgiram a partir delas. Diante disso, os avanços tecnológicos e econômicos estão ligados às formas de exploração e dominação que ocorreram no período colonial. Portanto, não se pode falar da modernidade sem citar a sua relação com a colonialidade.

a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” no sentido exato de que a MCP é compartilhada e disputada por muitos contendores: se não pode haver modernidade sem colonialidade, não pode também haver modernidades globais sem colonialidades globais. Consequentemente, o pensamento e a ação descoloniais surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações

opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados. (Mignolo, 2017, p. 2).

Nessa perspectiva, segundo Walter Mignolo (2017) caracteriza-se a colonialidade como o lado mais escuro da modernidade. Consoante a isso, através da colonização europeia, especialmente na África, Ásia e América houve exploração, desigualdades e os padrões de dominação que foi se espalhado pelo mundo. Com efeito, há duas expressões que o Walter Mignolo (2017) aponta a “modernidades globais” e a “colonialidades globais” ele faz essa menção, pois os impactos da modernidade e colonialidade são variados e disputados em diferentes contextos ao redor do mundo. Por um lado, a modernidade global que se manifesta em diferentes regiões e grupos sociais, desenvolve-se em diferentes contextos culturais e históricos. Logo, não existe uma única “modernidade”.

Por outro lado, a colonialidade global faz referência a persistência e a reprodução das relações de poder colonial, mesmo após o período colonial. Isso significa que a desigualdade, estrutura de poder, hierarquia que se fizeram presente no período colonial ainda tem um impacto na sociedade atual mesmo não existindo o colonialismo formal.

Nota-se que esse processo de desigualdade social é muito além do que se pode imaginar, o sociólogo peruano Anibal Quijano desenvolveu um conceito chamado Matriz Colonial do Poder (MCP) que se refere a um sistema estrutural que mesmo após a colonização ainda perpetua a desigualdade e a dominação. A MCP organiza essa estrutura em quatro eixos: controle da economia, autoridade, gênero e sexualidade e conhecimento/subjetividade.

Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Os eventos se desdobraram em duas direções paralelas. Uma foi a luta entre Estados imperiais europeus, e a outra foi entre esses Estados e os seus sujeitos coloniais africanos e indígenas, que foram escravizados e explorados. (Mignolo, 2017, p. 5).

Segundo Quijano, essa estrutura imposta pela MCP sustentam o sistema de dominação colonial. No campo econômico, a exploração e o controle dos recursos econômicos beneficiavam a metrópole europeia. Além disso, a autoridade política era controlada pelos colonizadores dominantes. Essa dominação também era vista através das normas sociais impostas, como os papéis de gêneros e a sexualidade que reforçava a desigualdade.

Para justificar esse sistema foram utilizados certos conhecimentos, ideias, subjetividade, ou seja, era a forma que eles analisavam o mundo e que era necessário a

colonização. Diante disso, houve duas lutas entre Estados imperiais europeus, de um lado uma disputa por territórios, recursos e poder político no período colonial, e por outro lado a luta entre o Estado e os colonizados africanos e indígenas que foram exploradas e escravizadas, um exemplo é aqui no Brasil, houve muitas explorações e os colonizados resistiram ao poder.

Dessa forma, a Matriz Colonial de Poder traz à tona a existência dos povos colonizados mesmo após o fim da dominação colonial, ela permite uma análise crítica da colonialidade e de como ela ainda tem efeito na atualidade, por meio das desigualdades sociais, a hierarquização de poder e preconceitos diversos. Essas estruturas são herança do período colonial, que continuam a influenciar na organização da sociedade contemporânea.

Assim, no final do século XIX houve um projeto de as capitais e avenidas das principais cidades do Brasil serem alargadas e reestruturadas de forma a população mais rica se concentrar nos centros. Com efeito há a destruição de casas populares e locais que aglomeravam pessoas em vulnerabilidade como os cortiços.

Partindo assim de um modelo concentracionista e colonial que privilegia a burguesia branca, empurra-se as pessoas negras e pobres para as periferias, o que origina as favelas, as quais são destituídas de uma atenção de políticas públicas. Diante disso, as pessoas pobres e negras que não tinham onde ficar depois desse projeto de urbanização instalado pela classe burguesa, foram se alojar em morros, nascendo assim as favelas e sobretudo o aumento da desigualdade devido a desordem estrutural da cidade, com isso na obra *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus ela evidencia esses fatos por ser moradora da primeira grande favela de São Paulo, a Canindé. A escritora enfatiza a desigualdade social por ser moradora da periferia mulher e negra.

3.1 Colonialidade de poder e colonialidade de gênero

No decorrer do processo de colonização, os europeus se identificaram como uma nova identidade, especialmente após a dominação da América. A partir disso, consolidou-se uma visão de mundo eurocêntrica, ou seja, que colocava a Europa como centro, como se fosse superior a todos os povos. Com esse sentimento de superioridade os colonizadores impuseram diversas mudanças econômicas, culturais e sociais. Para os dominadores há uma ideia de superioridade e inferioridade na qual os brancos eram superiores aos negros, ou seja, os negros eram caracterizados como não humanos e eram submetidos a trabalhos forçados, eram escravizados e privados de direitos, assim com

essa ideia de inferioridade de raça e de superioridade permitiu que os colonizadores visassem como algo natural reforçando assim práticas de dominação. Com essa ideia de hierarquização racial criada na colonização deixou profundas marcas e ainda refletem nas desigualdades sociais enfrentadas por negros e indígenas.

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender de outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (Quijano, 2005, p. 118).

A perspectiva, a hierarquização de poder não trouxeram efeitos positivos, pois a sociedade foi construída de forma desigual e sem base justa. Essa estrutura social construída na colonização ainda tem o impacto na sociedade atual pois muitas pessoas negras continuam enfrentando dificuldades para se inserir na sociedade, muitas vezes sendo marginalizados e excluídos de espaços, de oportunidade e reconhecimento e ainda se sentem inferiores a pessoas brancas, para conquistar alguma coisa eles acabam por negar a si próprio e a supervalorizar a pessoa branca. Por meio disso, Fanon (2008) cita nesse trecho:

Qualquer que seja o domínio considerado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica. Assim, fomos levados a considerar a alienação deles conforme descrições psicanalíticas. O preto, no seu comportamento, assemelha-se a um tipo neurótico, ou, em outras palavras, ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar aqui. Todas as vezes que um homem de cor protesta, há alienação. Todas as vezes que um homem de cor reprova, há alienação. (Fanon, 2008, p. 66).

Fanon (2008) analisa as consequências psicológicas quando ele menciona que o branco e o negro sofrem com um comportamento neurótico em decorrência de uma ideia imposta no colonialismo. Assim, o branco seria considerado superior e o negro inferior, de modo que isso se relaciona com o racismo e a desigualdade social, com efeito, diante dessa ideia, eles se tornam escravos do próprio pensamento.

Em vista disso, Fanon (2008) também destaca que o negro sofre com um comportamento de neurose situacional, ou seja, uma condição de conflito psicológico. A abordagem do autor aponta que a pessoa negra passa a desvalorizar suas raízes, costumes e culturas, realizando o desejo do branco sem questionar, assim naturaliza os preconceitos e as violências promovidas pelos brancos. Outro ponto importante que o autor menciona é que há uma alienação quando o homem de cor protesta e quando ele reprova, ou seja, quando ele protesta ele está em busca não só do desejo de justiça, mas também de uma profunda dor existencial, uma tentativa de escapar de uma condição imposta pela sociedade racista.

A colonização ela veio para subjugar e apagar todas as características do colonizado. Assim, vale ressaltar o processo de colonização do Brasil, pois quando os europeus chegaram no território brasileiro já haviam habitantes que eram os indígenas, então eles já tinham seus costumes, culturas e o seu modo de comunicação, entretanto com a chegada dos portugueses eles dominaram esses povos e impuseram seus costumes e culturas e começaram a catequisar os indígenas, em consideração a isso os europeus fizeram com que eles mudassem sua razão de viver.

Em suma, percebe-se que a colonialidade se refere a um processo complexo que influencia em várias áreas da nossa vida, a colonialidade sustenta e reproduz formas de exclusão e de desigualdade. Em uma dessas vertentes de exclusão e desigualdades está no preconceito de gênero que coloca a mulher como submissa ao homem. Isto se dá em razão do processo colonial que foi imposto por uma sociedade colonial patriarcal que resultou em uma divisão de papéis que coloca a mulher como inferior e submissa ao homem. Maria Lugones (2008) caracteriza a colonialidade de poder como:

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero. (Lugones, 2008, p. 4).

A autora analisa como essas quatro diferentes categorias sociais, de classe, raça, gênero e sexualidade se entrelaçam na vida das pessoas especificamente na vida das mulheres não brancas. Esse cruzamento chama-se de interseccionalidade, é uma ferramenta fundamental que ajuda a compreender as diferentes estruturas de poder que afetam essas mulheres. Assim, a interseccionalidade evidencia que as opressões não atuam separadamente, mas se combinam.

Nesse sentido, Maria Lugones (2008) busca entender por que as mulheres negras são constantemente vítimas de diferentes formas de violências e por que os homens demonstram indiferenças diante desses ataques. Sendo práticas legitimadas e provenientes do período colonial, essas mulheres, desenvolvem críticas ao feminismo hegemônico, que muitas vezes ignoram a intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade, elas analisam que não é possível falar de feminismo sem citar o racismo, colonialismo e as desigualdades sociais.

Infelizmente, as mulheres de cor ainda sofrem preconceito e violências sistemáticas, enquanto as políticas públicas ainda não são suficientes para combater as formas de opressões e romper com esse ciclo histórico de inviabilização.

A prática dos direitos humanos no campo do gênero, por exemplo, desenvolveu-se afirmando que “os direitos humanos são direitos das mulheres” e que “os direitos das mulheres são direitos humanos”. Isso reflete o fato de que, tradicionalmente, o entendimento era que quando as mulheres vivenciavam situações de violação dos direitos humanos, semelhantes às vivenciadas por homens, elas podiam ser protegidas. No entanto, quando experimentavam situações de violação pelos homens, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam exatamente o que fazer. Se uma mulher fosse torturada por suas crenças políticas da mesma maneira que um homem, esse fato podia ser reconhecido como uma violação dos direitos humanos. Se ela fosse estuprada ou forçada a engravidar ou a se casar, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam como lidar com esses fatos, porque eram especificamente relacionados a questões de gênero. (Crenshaw, 2004, p. 09).

São evidentes as violências e discriminações direcionadas as mulheres negras em relação aos homens. Durante muito tempo, os direitos humanos foram pensados a partir da experiência masculina, ou seja, todo direito era determinado aos homens, se uma mulher era vítima de estupro ela não tinha direito a defesa dos direitos humanos e isso está relacionado a questões de gênero, em outras palavras, Crenshaw denuncia que só era considerado direitos humanos a violação que acontecia também com os homens, quando o ataque era somente com as mulheres, como estupro ou o casamento forçado, não havia resposta institucional adequada, evidenciando assim um viés de gênero nas próprias estruturas que deveriam garantir justiça.

Segundo a ONU (Organizações das Nações Unidas) mais de 80% dos brasileiros têm preconceito contra as mulheres, isso mostra que ainda é uma barreira a ser enfrentada, no qual muitos não acreditam no potencial das mulheres e ainda creem que apenas os homens são capazes de liderar nos espaços políticos, nos negócios e trabalhos. É um processo lento, entretanto, as mulheres aos poucos estão ganhando espaços na sociedade mesmo com tanto machismo. De acordo com os dados levantados pelas Nações Unidas o

objetivo para alcançar a igualdade de gênero é até 2030, no entanto, ainda é uma realidade distante.

Segundo a Oxfam, em 2021, uma em cada cinco mulheres se casou antes de completar 18 anos, 1,7 bilhão de mulheres e meninas vivem com menos de US\$ 5,50 por dia e elas continuam a assumir três vezes mais atividades não remuneradas e trabalho doméstico do que os homens em todo o mundo. Em síntese, esse problema de desigualdade de gênero se deu no colonialismo com a influência dos europeus e desencadeou diversas mudanças e impôs estrutura de gênero nos povos indígenas e colonizados.

Entendo a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres em nossas comunidades como uma indiferença diante das transformações sociais profundas em nossas estruturas comunitárias, e por isso totalmente relevantes à recusa da imposição colonial. (Lugones, 2008, p. 4).

Nessa perspectiva, a autora aponta um descaso, a falta de reação quando se é visto algum tipo de violência contra a mulher dentro da própria comunidade que seria a comunidade indígena ou periférica onde se concentra o maior número de mulheres negras. Diante desse descaso de ignorar a violência, afeta não só o sofrimento individual da mulher, mas toda a estrutura social comunitária. Desse modo, enfrentar essa violência é essencial para combater as marcas deixadas pelo colonialismo, não dá pra recusar o colonialismo sem enfrentar o machismo e violência de gênero.

3.2 Relações entre a colonialidade de gênero e a maternidade solo

O conceito de colonialidade de gênero foi proposto por Maria Lugones (2008) a mesma procurava compreender a colonialidade a partir de Anibal Quijano (2005), sociólogo peruano. Diante dessa pesquisa, compreende-se que o modelo hierárquico instalado no período colonial dividiu raças e gênero, onde mulheres europeias burguesas eram consideradas civilizadas e as mulheres negras como não humana, animalizada.

Maria Lugones (2008) surge então com esse conceito de colonialidade de gênero a partir de crítica de feministas negras ao feminismo hegemônico, pois muitas vezes as mulheres negras se sentem ignoradas. Maria Lugones critica Quijano, pois ela menciona que ele se limita ao falar de gênero, pois ele inclui o controle do sexo, seus recursos e produtos, ela argumenta que Quijano não reconhece o sistema de gênero como parte binário, patriarcal e heteronormativo que foi imposto como parte colonial.

Ao longo do período histórico, o colonialismo estabeleceu normas e padrões de gênero que geram impacto na sociedade atual, por meio disso, foi se estabelecida um

modelo de família nuclear onde o homem era provedor da casa e as mulheres submissas que tinham como função cuidar do lar, do esposo e dos filhos.

[...] A família nuclear é a família generificada por excelência. Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável. Não existem categorias transversais desprovidas do gênero nessa família. Em uma casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado” (Oyêwùmí, 2020, p. 88).

Os estudos sobre o gênero são discutidos entre diversas teóricas feministas, a pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyêwùmí (2020) fala sobre a posição de algumas teorias feministas. Segundo a análise feita por ela algumas teorias apontam a opressão de mulheres, aquelas que falam de um lugar hegemônico, ou seja, de uma posição dominante, a pesquisadora nigeriana ainda crítica que a base dessas teorias feministas é construída a partir de realidade ocidental e europeia, assim mesmo que as feministas criticam e tentam subverter a desigualdade e gênero, elas ainda partem de uma base ocidental: a ideia de família nuclear burguesa.

A família nuclear é a que conhecemos, a família tradicional onde o pai é provedor da casa e a mulher é submissa ao seu marido. Durante muito tempo a sociedade tinha esse pensamento que a mulher não podia trabalhar fora de casa, mas com o passar o tempo isso vem se modificando, porém com essa ideia de que o homem é chefe do lar reflete e reforça a ideia de desigualdade do poder de gênero dentro da própria casa. A autora critica esse modelo de família nuclear, pois essa estrutura faz parecer que é algo natural, quando na verdade é uma construção social que mantêm a desigualdade de gênero.

Diante desse modelo de “família nuclear” que preserva muito do sistema colonial/moderno cabe aqui, neste estudo, um questionamento sobre aquelas mulheres que exercem uma maternidade solo sem ajuda do conjugue: como que elas chefiam a família e como elas conseguem suportar o julgamento da sociedade por não estarem inseridas no modelo tradicional da família?

Muitas são julgadas e criticadas pela sociedade por estarem criando o filho sem ajuda de um parceiro. No entanto, muitas pessoas que criticam não sabem o motivo pelo qual essa mãe está sozinha, já que muitas mulheres tem trauma de homens e preferem não estar em relacionamentos amorosos, pois muitos homens seguem o modelo de ideia patriarcal e quer que a mulher seja submissa.

Esta ideia é herança do colonialismo que aos poucos está se modificando na sociedade atual. Segundo Arromba (2012) a autoridade que elas deveriam ter para manter suas famílias não existe, mesmo que elas se dediquem ao máximo no trabalho para manter a família, a sociedade impõe muitas críticas e sua autoridade familiar é negada pela estrutura social, pois idealizam a figura masculina como a única fonte de autoridade familiar.

Entende-se que o conceito de pai provedor e a mãe cuidadora é herança do colonialismo, que os europeus impuseram como modelo até mesmo para as famílias indígenas e africanas. Com isso, essa nova estrutura marginalizou as mulheres negras e indígenas, retirando delas o reconhecimento de autonomia que muitas delas tinham. Diante disso, é importante analisar o período histórico para entender essa colonialidade.

Entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais. Tanto o dimorfismo biológico e a heterossexualidade quanto o patriarcado são característicos do que chamo o lado iluminado/visível da organização colonial/moderna do gênero. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero. (Lugones, 2008, p. 7)

A autora diz que para entender a organização de gênero da atualidade deve-se analisar historicamente como se deu, que não é uma organização universal ou natural, mas foi construída de forma específica dentro do projeto colonial. Esse gênero não foi aplicado a todas as pessoas, já que há a classificação de mulheres brancas e negras, considerando que a mulher branca era tratada como uma mulher dentro da lógica patriarcal, mas tinha os seus direitos limitados, enquanto as mulheres negras nem eram consideradas mulheres, sendo vistas como não humanas. Outro ponto importante que a autora menciona é o dimorfismo biológico, é a ideia de que existe apenas dois sexos biológicos o homem e a mulher.

Lugones afirma esse conceito biológico como Diferença colonial (Lugones, 2008) ela se refere ao gênero que é colocado fora da norma do padrão colonial, ou seja, as mulheres, mesmo ela se posicionando ao comportamento feminino não era no modelo de ideal ocidental de mulher. Com isso, a colonialidade permanece até os dias atuais constantemente, ela se atualiza e produz a desigualdade, como na imposição de gênero que não se encaixa no padrão dominante. A autora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí argumenta:

No transcurso da história ocidental, as justificativas para a elaboração das categorias “homem” e “mulher” não permaneceram as mesmas. Pelo contrário, elas foram dinâmicas. Embora as fronteiras estejam se deslocando e o conteúdo de cada categoria possa mudar, as duas categorias permaneceram hierárquicas e em posição binária (Oyewumi, 2021, p. 35).

A autora evidencia como o ocidente definiu as categorias de “homem” e “mulher”, não foi sempre igual, isso foi mudando de acordo com a contextualização da história. Como já mencionado neste trabalho, a imposição dessa categoria não foi natural, foi uma construção social de um lado o homem e de outro a mulher.

Fazendo uma reflexão a partir do contexto histórico do Brasil no período colonial trazendo à tona a figura da mãe/mulher com a imposição do modelo patriarcal extenso da família. Para chegar em um entendimento, deve-se voltar alguns séculos passados quando os europeus sequestravam os escravizados para o Brasil para servir as famílias burguesas, isso por volta do século XVI. As mulheres negras tinham o papel de domesticar a casa grande além de cuidar e amamentar os filhos das mulheres brancas burguesas elas eram também vítimas de estupros por partes dos senhores brancos e parentes. Em ambas as funções, as mulheres negras também tinham seus maridos e filhos, mas elas não tinham esse privilégio de cuidar, pois tinham que priorizar a família burguesa.

Ademais, o casamento formal era tido apenas para uma parte da população. Segundo Samara (2004) havia uma relação entre casamento, cor e grupo social, ou seja, o casamento era destinado para uma parcela de pessoas que pertencia a elite branca que se delimitava quanto à raça, desigualdade de nascimento honra e riqueza. Com a chegada da coroa portuguesa ao Brasil, perceberam que a taxa de casamento estava baixa entre a elite branca, com isso passaram a encomendar noivas em Portugal, assim a função dessas mulheres brancas era o governo da vida doméstica, promovendo assistência social e moral à família.

Na ausência do marido ou por viuvez, muitas mulheres relatavam que trabalhavam na agricultura ou em manufaturas assim, zelando o patrimônio da família. Por volta do século XIX, havia uma alta porcentagem de mulheres como chefes de família em São Paulo. Samara (2004) resume à condição da época:

Segundo a literatura, o panorama é contraditório, mas certamente explicável pelo padrão duplo de moralidade que regulava as relações dos sexos e grupos sociais. As mulheres de posses, em sua maioria deviam ficar circunscritas à vida familiar, o que fomentava as suas aspirações de casamento e filhos. Passavam dessa forma, da tutela do pai para a do marido e estavam menos expostas às relações ilícitas e, naturalmente, mais aptas para desempenhar um papel tradicional e irrestrito. Aquelas de menor posse, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações se desenvolviam, portanto, dentro de um outro padrão de moralidade que,

relacionado principalmente a dificuldades econômicas e de raça, se contrapunha ao ideal de castidade, mas não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade e nem a posição privilegiada do sexo oposto (Samara, 2004, p. 65-66).

Como a autora menciona, as mulheres de posse, eram aquelas que faziam parte da elite, eram ensinadas a viver dentro do lar sob o controle da família para se preparar para casar e ter filhos. Por outro lado, as mulheres negras e brancas de classe baixa não tinham esse mesmo privilégio, trabalhavam fora, em casas de famílias o que tornava a elas ficarem mais vulneráveis e estavam constantemente expostas a abusos sexuais. Então, essas mulheres pobres não se enquadravam no modelo familiar da burguesia.

Em síntese, essa desigualdade de raça e gênero contribui para um número maior de disparidades, pois as mães solas sempre serão vistas com outros olhos pela sociedade, em razão da resistência para chefiar uma família que não se enquadra no modelo tradicional onde tem o homem como o chefe. Essas mulheres exercem a função monoparental, ou seja, esse termo faz com que haja uma quebra de papel socialmente definido de gênero: um papel “masculino” tido como poder e traz a figura feminina de mãe/mulher com uma características de resiliência e de elaborar estratégias de sobrevivência, com isso a uma quebra de padrão de gênero, no qual a mulher exercendo o papel monoparental exerce o papel que antes era designado somente para homens, atualmente as mulheres que exercem uma maternidade solo são as chefes de famílias.

Evidencia-se esse papel de monoparental representando na obra *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra e mãe de três filhos que vive a dura realidade da maternidade solo, chefe de família que tem como prioridade levar o alimento para seus filhos, a escritora catava papel para sua sobrevivência e sobretudo não deixar os filhos morrerem de fome, em toda sua narrativa ela enfatiza o fardo da desigualdade por ser negra e mãe solo. O problema da fome, a miséria estão presentes em toda narrativa e mesmo sendo pobre sempre tinha o cuidado e a proteção com os filhos.

4 A MATERNIDADE SOLO EM *QUARTO DE DESPEJO*: DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento, em Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914. Oriunda de família pobre a escritora teve pouco estudo, estudou só até dois anos de idade, 1923 a 1929, a família de lavradores migrou para Lajeado (MG), Franca (SP), Conquista (MG), até voltar definitivamente para a cidade de Sacramento. Em 1937, Carolina Maria de Jesus mudou-se para a cidade de São Paulo quando a cidade estava em processo de modernização e assistia o surgimento das primeiras favelas, a mesma trabalhou como empregada doméstica.

Em 1948, Carolina, foi viver na favela de Canindé, onde nasceram seus três filhos, João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima. Enquanto residia ali, mãe solo, vivia de catar papéis, ferros e outras matérias recicláveis para manter a família, pois era sua única renda financeira. Carolina, gostava muito de ler e escrever, escrevia nos cadernos que encontrava no lixo o seu cotidiano, o sentimento que ela tinha é que ela estava vivendo em um “*quarto de despejo*” na capital, mais tarde, mal sabia que os seus escritos se transformariam em um “*diário de uma favelada*”.

Entre os anos de 1955 a 1960, ela relatava no seu diário o seu cotidiano, na favela de Canindé, na cidade de São Paulo. Carolina, descreve os momentos que ela viveu desde a sua infância e denúncia a desigualdade social, o preconceito racial, a marginalidade e diversas opressões que ela vivia por ser mãe solo e negra.

A maternidade trata-se de uma condição de responsabilidade transformadora na vida de uma mulher, que gera um vínculo sentimental desde o ventre. Entre altos e baixos, esse evento torna a mulher resiliente e capaz de enfrentar tudo e todos para proporcionar o melhor para seu filho.

Nesta perspectiva, observa-se em *Quarto de Despejo*, uma mãe solteira, pobre, negra que tem o papel de criar seus filhos sem ajuda de um cônjuge, familiares, apenas com a sua força de vontade e determinação. Enfrentando as dificuldades de quem reside em uma favela, Carolina tem que catar papel e deixar seus filhos sozinhas à mercê da maldade dos vizinhos.

Nos seus escritos, frequentemente, ela menciona a fome e a preocupação que ela tinha com os filhos. A partir disso, ela inicia o seu diário com uma preocupação, devido suas condições financeiras, se via na obrigação de priorizar apenas o necessário, tendo que deixar de lado coisas desejáveis, como roupas e sapatos, optando apenas pelo essencial para a sobrevivência. Assim Carolina inicia seu diário:

15 de julho de 1955 aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (Jesus, 2021 p.11).

Dada a situação que vivia com poucos recursos e dificuldades financeiras, ela não tinha condições de comprar um sapato novo para a criança. Desde o início da narrativa, a escritora destaca a importância da maternidade evidenciando os cuidados que Carolina tinha com os filhos. Ao longo de toda obra, essa preocupação, cuidado e proteção dos filhos se torna um tema central, refletindo as dificuldades que Carolina enfrentava, mas também o amor e a força de uma mãe, ao mesmo tempo que Carolina queria desistir ela encontrava força nos filhos para se erguer e continuar a vida.

O cuidado, amor, carinho e preocupação são temas recorrentes durante toda a narrativa. A escritora traçava sonhos para seus filhos, mesmo com uma vida no lugar miserável e insalubre onde ela não tinha rede de apoio, Carolina sempre buscava dar o melhor para os filhos na condição que eles estavam, sempre procurando repassar aos filhos uma boa educação.

Carolina é a figura de uma mulher forte, determinada e resiliente que segue dando conselhos e orientação para seus filhos, diariamente ela tinha que catar papel para conseguir uma renda para manter a família e não deixar os filhos passarem fome. Percebe-se o cuidado e proteção nas relações maternas, Carolina sempre deixava evidente em seu diário as orientações ao sair de casa, pedia aos filhos para que brincassem no quintal, não saíssem para a rua para evitar conflitos com os vizinhos. Sem uma rede de apoio, enfrentava uma dura jornada como mãe solo que sai para trabalhar, mas com uma preocupação de deixar seus filhos à mercê da maldade da vizinhança durante sua ausência.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. (Jesus, 2021 p. 12).

Vivenciar uma maternidade solo especialmente negra é um sinônimo de luta e resiliência principalmente para as mulheres que não tem uma rede de apoio e não é assistida pelo poder público. Foi o que Carolina viveu diariamente com os filhos, em seus escritos fica evidente a preocupação constante, especialmente em relações aos seus vizinhos no qual os filhos sofriam agressões verbais. Como uma mãe monoparental é notório o amor e carinho que a escritora tinha pelos filhos, mesmo que não demonstrasse

explicitamente, no entanto ela deixa implícito no cuidado e no ato de proteger seus filhos de tudo e de todos diante de situações deploráveis, como no trecho:

Quando os meus filhos eram menores eu deixava eles fechado e saía para catar papel. Um dia eu cheguei e encontrei o João chorando. Ele disse-me: — Sabe mamãe, a Dona Rosa me jogou bosta no rosto. Eu acendi o fogo, esquentei água e lavei as crianças. (Jesus, 2021, p. 68)

A autora a reflete sobre as dificuldades que uma mãe solo enfrenta, principalmente diante da marginalização social para cuidar dos filhos ao compasso que precisa trabalhar para prover. A necessidade de sair para trabalhar, no caso, catar papel, obriga-a a deixar os filhos pequenos sozinhos, expondo-os a riscos físicos dos próprios vizinhos, como ocorre no relato do filho em que uma vizinha lhe atira fezes.

A reação imediata da mãe, ao acender o fogo, esquentar água e lavar os filhos, revela uma maternidade marcada pela urgência do cuidado, mesmo diante do esgotamento. Carolina após um dia árduo de trabalho, quando chega em casa precisa cuidar dos filhos e remediar as situações de humilhação a qual a sua família perpassa. Assim, ela assume sozinha o papel de provedora, protetora e cuidadora, mesmo sem condições adequadas, o que evidencia a sobrecarga e a solidão da mulher que cria os filhos sem qualquer suporte. A agressão sofrida pela criança também aponta para a desumanização a que estão submetidos os corpos negros e pobres, afetando diretamente o exercício da maternidade e o direito à infância.

Os registros do seu dia a dia descrevem minuciosamente os desejos, as prioridades e uma visão de mundo que uma mãe tem para com os filhos, mesmo que não tenha uma condição para comprar coisas supérfluas, pensa em sempre dar o melhor. Entretanto, Carolina evidencia a sobrecarga que é exercer uma maternidade solo, cuja função vai desde os cuidados básicos com a criança, educação, saúde e afeto. Além disso, ter que trabalhar o máximo para sustentar a família, que no caso de Carolina era um trabalho árduo, insalubre, precário e mal remunerado.

A maternidade solo é retratada como um desafio constante para Carolina Maria de Jesus, uma vez que ela precisa encontrar maneiras para sustentar os filhos, recorrendo para os trabalhos informais. A ausência da paternidade também é mencionada, pois a falta de ajuda financeira e emocional é uma realidade vivenciada pela escritora.

Além disso, ela também sofre com a falta de assistência pública, em seus relatos menciona o descaso por parte do poder público que despreza os favelados. Assim, eles vivem na miséria e passam por fome extrema e isso é uma preocupação constante nos

relatos de Carolina, falar para os filhos que não tinham o que comer doía em sua alma. “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais”. (Jesus, 2021, p.38). Para uma mãe que só quer o bem-estar dos filhos, dizer isso a um filho é de se afligir, pois por mais que as condições sejam escassas uma mãe não quer ver seu filho passando fome e necessidade, na obra a escritora enfatiza essa questão de querer sempre bem os filhos mesmo que as condições fossem precárias.

Mesmo vivendo na extrema pobreza Carolina valorizava profundamente a educação, tanto escolar quanto doméstica. Mesmo que a escritora não tenha concluído os estudos formais, ela entendia que a educação era uma das poucas ferramentas possíveis para quebrar essa barreira, a miséria. Por isso, ela incentivava sempre os filhos a frequentarem a escola e cobrava disciplina, pois ela acreditava que era através da educação que seus filhos poderiam ter um futuro melhor e a cada evolução dos seus filhos ela ficava contente, como pode-se observar no trecho: “Eu estou contente com os meus filhos alfabetizados. Compreendem tudo. O José Carlos disse-me que vai ser um homem distinto e que eu vou trata-lo de Seu José. Já tem pretensões: quer residir em uma alvenaria.” (Jesus, 2021, p.140).

Essa valorização do conhecimento em meio a miséria reflete em uma luta silenciosa, resistência, transformação e de esperança, pois através da educação havia possibilidade de uma mudança de vida. Para Carolina, incentivar os filhos para os estudos é mais que um dever de uma mãe, é um ato de coragem e de afirmação da própria humanidade diante da marginalização.

Na obra, Carolina relata diversas coisas que ela presenciava frequentemente, era casos de feminicídio, machismos, preconceitos dentre outras coisas que aconteciam na favela. Diante da miséria e fome que estavam presentes naquele lugar, Carolina presenciou um suicídio, pois a miséria era tanta que as pessoas não aguentavam e suicidavam, como ela menciona nesse trecho: “Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas se os pobres do Brasil resolverem suicidar-se porque estão passando fome, não ficara nenhum vivo”. (Jesus, 2021, p.162). Em outro relato Carolina chega a pensar várias vezes em fazer o mesmo ato quando não conseguia comida para os filhos, ela afirma:

Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (Jesus, 2021, p. 174).

Nessa perspectiva, Carolina expressa a angústia que ela sentia, chegando a mencionar diversas vezes pensamentos de suicídio. No entanto, era por amor aos filhos que ela resistia, eles eram sua principal motivação diária para não desistir da vida árdua. Em meio aos relatos da fome que vivia diariamente.

Havia também os dias que Carolina tinha o que comer com os filhos e isso se tornava uma verdadeira celebração entre eles. Isso porque o trabalho de Carolina era precário e mal remunerado, e muitas vezes não tinha alimentos suficiente para todos. Com base nisso ela menciona no trecho: “Fiz a comida. Achei bonito a gordura frigindo na panela. Que espetáculo deslumbrante! As crianças sorrindo vendo a comida ferver nas panelas. Ainda mais quando é arroz e feijão, é um dia de festa para eles”. (Jesus, 2021, p. 43).

A obra *Quarto de Despejo* faz uma análise do contexto geral tanto do desenvolvimento de São Paulo em 1950 quanto a história de mulheres especialmente negras e mãe solos, evidencia a permanência das condições precárias e como as mulheres negras e mãe solos eram tratadas. Nota-se na obra que, Carolina era motivada a trabalhar, a escrever, a educar os filhos e a transmitir-lhes seus valores morais tudo isso por causa dos filhos, além disso, Carolina também carregava consigo uma profunda solidão, isto é, se questionava pois não podia contar com a comunidade, com uma rede de apoio, com os vizinhos, com os pais das crianças e com isso se indignava com a falta de solidariedade.

...Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo deles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incomoda. Até quando Deus deu-me forças para ajeita-me. (Jesus, 2021, p.57).

Carolina, mesmo com sua vida árdua, um trabalho precário, sempre em busca de alimento para seus filhos, na sua constante resiliência, ela vai traçando uma concepção de maternidade e também o modo de ver e de viver desigual. Com isso, observa-se a constante insistência de Carolina em ajudar os vizinhos, separar brigas, ligar para a polícia nos casos de violência doméstica e sempre ser generosa com as crianças, mesmo que algumas pessoas da vizinhança implicavam com ela e seus filhos, ela sempre tinha empatia com o próximo. Além disso, Carolina recebia solidariedade de um vizinho chamado Seu Manoel que não deixava faltar dinheiro para ela quando estava doente.

A maternidade de Carolina foi marcada por resiliência, coragem, amor, afeto, cuidado e proteção. Mesmo na condição de extrema pobreza ela sempre zelava pelo sustento e bem-estar dos filhos. Como mãe solo, enfrentava diariamente inúmeros

desafios para não deixar faltar o essencial em casa, a comida: “Havia tanto papel nas ruas, que ganhei 100 cruzeiros. Comprei sanduiche para os filhos. Eles gostam de andar comigo porque compro algo para eles comer. A mãe está sempre pensando que os filhos estão com fome”. (Jesus, 2021, p.116).

É nítido nas narrativas de Carolina sua preocupação constante com os filhos de não os deixar passar fome, no entanto na realidade que ela vivia era uma pobreza extrema e havia muita fome, tinha dia que ela conseguia alimentos para os filhos, outros dias não. A dura realidade dessa mãe evidencia o amor materno que se traduz em cuidado e sacrifício constante.

É nítido que Carolina mostra o amor que ela tem pelos filhos mesmo diante das dificuldades que ela vivia. Ela sempre demonstra cuidado e proteção e não deixa faltar comida para os filhos, e quando faltava alguma coisa ela ficava triste pois os filhos pedia o que comer mas ela não tinha o que oferecer, algumas vezes chegava a pedir a vizinha.

...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

- Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já pedi o habito de sorrir. Dez minutos depois eles querem comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mande-lhe um bilhete assim: - “Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço Carolina.” (Jesus, 2021, p.32)

Observa-se que o que a Carolina oferta para os filhos não é o suficiente, pois eles pedem comida novamente, ela se vê entristecida quando menciona que já perdeu o hábito de sorrir, isso reflete o estado de exaustão que ela vivia e que até o sorriso foi roubado. Carolina envia o seu filho para pedir ajuda a uma vizinha com um gesto humilde e respeitoso ela escreve uma carta pedindo e explica por conta da chuva não pode ir catar papel para garantir o sustento dos filhos. Essa atitude de Carolina mostra dignidade e respeito, mesmo vivendo na miséria existe a solidariedade entres os vizinhos para ajudar uns aos outros.

A maternidade vivida por Carolina é marcada por exaustão física e emocional e inúmero desafios enfrentados por uma mãe solo que busca o sustento para a família, ela sempre coloca os filhos como prioridades, mesmo que seus limites já estejam ultrapassados, com isso Carolina se revolta por não ter apoio familiar e do Estado.

13 de agosto Levantei as 6 horas. Estava furiosa com a vida. Com vontade de chorar, porque eu não tenho dinheiro para comprar pão. (...) Os filhos foram na escola. Eu saí sozinha. Deixei a Vera porque vai chover. Fui catar estopas e fui catar papelões. Ganhei 30 cruzeiros. Fiquei triste, pensando: o que hei de fazer com 30 cruzeiros?

(...) Voltei e fui esquentar comida para os filhos. Arroz e peixe. O arroz e o peixe era pouco. Os filhos comeram e ficaram com fome. Pensei: Se Jesus Cristo pudesse multiplicar estes peixes! (Jesus, 2021, p.189)

A perspectiva, nota-se um desespero da escritora com a vida diante da miséria, ela não tinha dinheiro para comprar um pão o que evidencia a gravidade da situação. Mesmo com o clima de chuva deixa a filha em casa e vai seguir a sua luta de caçar papelões e estopas, serviços esses que exige bastante esforço e quase não tem retorno. Diante da situação ao conseguir um pouco de alimento para os filhos eles ainda sentem fome, muito triste faz uma reflexão diante de uma passagem bíblica da multiplicação de peixes, isso mostra a fé e esperança para aliviar seus sofrimentos. Além disso, nesse trecho observa-se que mesmo exausta, Carolina mostra sua força, determinação, resistência e amor de mãe, que continua tentando mesmo em meio a tristeza e escassez.

O amor, afeto, carinho e o cuidado de uma mãe são insubstituível na vida de um filho, só elas sabem o que o filho sente e sabe fazer pra passar aquela enfermidade, deixa todos os afazeres para estar do lado do filho. Na obra nota-se esse cuidado que Carolina tinha para com os filhos, mesmo ela tendo seus afazeres e não deixar faltar comida em casa ela deixa tudo para ir cuidar dos filhos doentes.

1 de junho Hoje não fui trabalhar, porque a Vera e o José Carlos estão doentes. Eu fui vender uns ferros e um pouco de estopa. Ganhei só 31 cruzeiros.
2 de junho Hoje eu não vou sair porque os filhos ainda estão doente. As quatro da manhã a Vera começou a tossir. Levantei e fiz um mingau de fubá para ela. (Jesus, 2021, p.168)

Observa-se que Carolina mesmo sendo provedora do lar, deixa todos os afazeres e dar atenção para os filhos doentes, mesmo com pouquíssimos recursos ela faz o que pode para ajudar os filhos. Isso é o retrato da maternidade marcada por amor, sacrifícios e responsabilidade, mesmo nas piores condições. Esse cenário mostra a sobrecarga de uma mãe solo que precisa conciliar os cuidados maternos com a sobrevivência em condições extremamente precárias. Carolina, com sua responsabilidade e amor pelos filhos é revoltada com os políticos porque ela e seus filhos vivem uma vida indigna, com isso nas suas narrativas ela escreve de forma simples e direta os seus sentimentos com o atual governo.

16 de maio Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.
... Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos.
17 de maio Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual os pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo. (Jesus, 2021, p. 33)

No trecho, verifica Carolina relatando a sua raiva com os políticos uma mulher, mãe solo e negra vivendo na miséria, ela expressa um sentimento de revolta. O impacto da fome é tão grande que afeta a sua saúde mental e chega a querer brigar com o filho sem motivo. Quando ela menciona que quer ficar em casa, mas não tem nada para comer a não ser um pão que era pouco ela prefere deixar para os filhos comerem e sair atrás de sobrevivência para a família mesmo cansada e desanimada com a vida. Nesse contexto, ela menciona a revolta com os políticos e perde as esperanças e o respeito do povo pelos governantes.

20 de junho ... Dei leite para a Vera. O que eu sei é que o leite está sendo despesas extras e está prejudicando a minha minaguada bolsa. Deitei a Vera e saí. Eu estava tão nervosa! Acho que se eu estivesse num campo de batalha, não ia sobrar ninguém com vida. Eu pensava nas roupas por lavar. Na Vera. E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele.

Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai. ... Não tinha papéis nas ruas. E eu queria comprar um par de sapatos para a Vera. (...) Segui catando papel. Ganhei 41 cruzeiros. Fiquei pensando na Vera, que ia bradar e chorar, porque ela quando não tem o que calçar fica lamentando que não gosta de ser pobre. Penso: se a miséria revolta até as crianças... (Jesus, 2021, p. 66)

No relato de Carolina, nota-se a sobrecarga de uma mãe com inúmeras preocupações nos filhos, nos afazeres domésticos, na doença da filha e a ausência de apoio o pai da criança com isso é um marco de abandono e desestrutura familiar. Carolina descreve a sua angústia enquanto mãe e provedora do lar, lamenta que o dinheiro é pouco e não pode comprar o sapato da filha que sofre com a pobreza a ponto de chorar e reclamar. Assim, percebe-se que a miséria afeta o emocional, corrompe o cotidiano, os vínculos familiares e até mesmo a infância.

Em sua narrativa, Carolina menciona o pai da Vera, mas Carolina não quer ter contato com ele, diz que prefere estar sozinha, mas diante das condições precárias ela também recorre a ele, como pode-se observar nesse trecho

1 de julho ... Eu estou cansada e enojada da favela. Eu disse para o senhor Manoel que eu estou passando tantos apuros. O pai da Vera é rico, podia ajudar-me um pouco. Ele pede para eu não divulgar-lhe o nome no diário, não divulgo. Podia reconhecer o meu silêncio. E se eu fosse uma destas pretas escandalosas e chegasse lá na oficina e fizesse um escândalo?

- Dá dinheiro para a tua filha! (Jesus, 2021, p. 178)

Nesse trecho, Carolina desabafa com o Manoel os apuros que ela passa, expressa o seu cansaço físico e emocional que vive na favela especialmente em relação a criação da filha. Diante disso surge a figura do pai da Vera rico, isso mostra o símbolo da desigualdade, no entanto, ele se omite da responsabilidade paterna. Carolina mesmo nas condições críticas, ela atende o pedido do Pai para não divulgar seu nome no diário,

entretanto, ela também faz uma reflexão “e se eu fosse uma escandalosa” estereótipos que costuma atribuir a figura da mulher negra. Nota-se nessa narrativa uma crítica a injustiça de classe, raça e gênero, pois uma mulher negra, mãe solo, pobre precisa lutar sozinha para a sua sobrevivência e dos filhos, enquanto um homem rico ignora a tal situação e o silêncio de Carolina e se isenta da responsabilidade paterna.

Assim, na obra Carolina denuncia a realidade de forma simples e direta sem medo, narra a situação que ela vivia com os filhos, a miséria, o abandono, a ausência política, a fome, e a desigualdade social, sobretudo a maternidade que ela exercia de forma digna, responsável e zelo, mesmo diante das condições precárias, Carolina lutava para ver seus filhos bem e zelava por uma boa educação e moral. Como mãe solo ela não demonstrava explicitamente o amor, mas mostra nas ações o amor, cuidado, carinho e proteção para os filhos, assim como toda mãe Carolina só queria ver os filhos bem mesmo diante da miséria que vivia. A escritora é uma figura exemplar, mulher negra, pobre e mãe um verdadeiro símbolo de resistência, força e luta.

Portanto, a maternidade de Carolina foi marcada por resiliência, coragem, amor, afeto, cuidado e proteção. Mesmo na condição de extrema pobreza ela sempre zelava pelo sustento e bem-estar dos filhos. Como mãe solo, enfrentava diariamente inúmeros desafios para não deixar faltar o essencial em casa, a comida. Carolina Maria de Jesus é um reflexo na vida de muitas mulheres negras que muitas vezes acabam sendo marginalizadas pela sociedade por não se enquadrar no modelo tradicional de família nuclear. Sua obra *Quarto de Despejo* torna-se atemporal, pois denuncia injustiças que ocorreram no passado, mas que ainda são presentes na atualidade. A mulher negra, mãe solo, continua sendo alvo de preconceito, enfrenta condições precárias de trabalho e muitas vezes não contam com o amparo efetivo do poder público.

4.1 As condições sociais e a falta de apoio público/ social

Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de despejo* evidencia a realidade dos favelados, mostra a dificuldade da mulher negra, sobretudo, mãe solo em meio as condições precárias onde vivia, além de relatar seu cotidiano, também narra o modo de vida das pessoas ao seu redor na periferia. Nota-se, as condições instáveis que as pessoas da favela viviam, eram marginalizadas e esquecidas pelo estado, diante disso, a escritora no diário caracteriza a cidade de São Paulo: “... Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. (Jesus, 2021, p.32). Carolina estava indignada com a forma que os

favelados eram vistos, pois ela via que para os políticos eles eram lixo e que não mereciam uma vida digna, então a escritora relata o que ela sentia e as condições que os favelados se encontravam.

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (Jesus, 2021, p.37).

A escritora faz uma comparação entre a cidade rica e a favela, ela denuncia a falta de saneamento básico e as condições desumanas de moradia quando menciona que ao chegar na favela sente um cheiro de fezes misturado com o barro sujo. Outro elemento importante é quando Carolina se compara com um objeto descartado, como se fosse um lixo e a favela seria esse *Quarto de despejo*, um espaço onde são colocadas as coisas que não servem mais, assim essa metáfora serve de inspiração ao nome do livro, que expressa o sentimento dela de abandono e exclusão social.

Isto posto, Carolina Maria de Jesus denuncia de forma simples e direta as mazelas que ela vivia na comunidade, sobretudo com os filhos que eram sua maior preocupação, pois eles viviam numa condição precária e estavam expostos a todos os tipos de doenças, por não haver saneamento básico. Então, na época Carolina se via indignada com o governo que não garantia assistência para a comunidade.

... Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:
 - Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.
 Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:
 - É que eu tinha fé no Kubstchek.
 - A senhora tinha fé e agora não tem mais?
 - Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (Jesus, 2021, p. 39).

No trecho, nota-se um diálogo de Carolina com seu filho, ela tenta ensinar a dignidade e esperança para os filhos, mas diante da miséria eles são submetidos a comer comida do lixo coisa que ela havia prometido para eles que não fariam, a quebra dessa promessa é como se fosse uma derrota de moral e emocional. Além disso, Carolina enfatiza a repulsa com o governo brasileiro, pois prometeram uma vida digna para todos, mas isso não foi realizado, quando a escritora menciona que a sua fé tinha fracassado é por que ela se entristeceu com o governo que só beneficiou a classe urbana e a periferia continuou esquecida.

O diário foi escrito na época do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), época em que o governo tinha promessa de progresso e de expansão da economia no país, e esse período foi chamado de “50 anos em 5” que tinha como objetivo desenvolver a economia do país priorizando o processo de industrialização. Embora, houvesse esse projeto de progresso e de economia, não favoreceu a favela e por isso Carolina se via entristecida com a exclusão social e a ausência do poder público.

Nos escritos, observa-se a descrição incansavelmente das manhã repentinas de Carolina, são manhã exaustivas, todo dia era a mesma coisa, tinha dia que ela conseguia dinheiro e trazia comida para os filhos, em outros dias ela só queria descansar, mas como não tinha outra pessoa para colocar alimento a mesa, ela ia mesmo cansada, doente, pois a prioridade era os filhos não passar fome e Carolina mesmo nas condições precárias que ela vivia carregava valores e repassava para os filhos sempre serem honestos e trabalharem com dignidade.

Ademais, Carolina reflete a dura e árdua realidade das mães solas, mesmo diante das condições sociais não desiste da vida, porque corre atrás de garantir um futuro melhor para os filhos, elas cuidam, ensinam, zelam pelo bem-estar de seus filhos e muita das vezes ainda são criticadas pela sociedade.

14 de junho ... Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A Vera não vai sair comigo porque está chovendo. (...) Ageitei um guarda-roupa velho que achei no lixo e saí. Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a desmaiar. Então resolvi trabalhar porque eu não quero desistir da vida. (Jesus, 2021, p.61).

A trajetória de Carolina faz uma reflexão enquanto mulher, mãe solo e negra, tentando sobreviver em um país desigual, mesmo com a chuva ela não desistiu de ir catar papel em busca de sustento para a família. De fato, Carolina não se entrega ao desespero ela demonstra uma força impressionante mesmo vivendo naquela extrema miséria, a escritora demonstra coragem e determinação de uma mulher que transforma sua dor em denúncia e sobrevivência.

Em *Quarto de Despejo* constata-se a vida de Carolina, uma mulher negra vivendo as margens da sociedade, sendo marginalizada pela sua cor, ela faz uma crítica social e denuncia os descasos que ela e seus filhos sofriam, além disso, descrevia tudo que acontecia na favela. Viviam de maneira precária com seus filhos, pois o Estado não dava importância para a comunidade periférica, eles não tinham outra forma de sustento a não

ser procurar comida no lixo para sobreviver e Carolina não tendo outra fonte de renda catava papel para manter o sustento da família, e muitas vezes nas ruas não tinha papel para trocar em dinheiro, então ela recorria a outros lugares a procura de comida. “16 de julho ... Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico. Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estava estragas. (...) Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho apetite de leão. Então recorro ao lixo”. (Jesus, 2021, p.93).

Com base no trecho, visualiza-se as condições vivenciadas por esta mulher enquanto mãe solo e negra, periférica. A narrativa revela a extrema escassez de recursos, até o básico de gênero alimentício faltava, ela precisava recorrer ao lixo, não porque ela queria, isso é consequência da exclusão social e a ausência do poder público. Mesmo diante das lutas desumanas, Carolina não podia desistir, ela tinha que encontrar forças, mesmo na maioria das vezes exausta, pois era através dela que tinha o sustento e alimento para os filhos.

Contudo, com sua escrita simples e direta Carolina combina vários elementos linguísticos como metáfora, ironia, humor cínico e cáustico para valorizar a imagem da mulher negra e mãe solo, que questiona a falta de dignidade e o estado de humilhação que estava submetida, além disso ela expõe seus sentimentos, aflições, dramas e angústias.

4.2 A figura feminina como provedora e cuidadora

A figura provedora durante muitos séculos foi atrelada ao sexo masculino, sendo o homem o centro da imagem do modelo tradicional de família, aquele que sai para trabalhar e conseguir sustento para o lar, a mulher ficava então a cargo de cuidar dos filhos e afazeres domésticos. É necessário discutir a importância dos serviços domésticos, enquanto atividade que também exige esforço e dedicação, sendo um trabalho realizado dentro do próprio lar costuma-se ter uma visão errônea acerca do tema. Apesar de estarem tradicionalmente ligados ao espaço privado e ao papel social atribuído às mulheres, essas ocupações acabam sendo desvalorizadas e pouco visíveis na sociedade.

Esse tipo de trabalho é considerado "invisível" porque, embora fundamental para o funcionamento cotidiano e para a manutenção da vida, dificilmente é reconhecido como atividade legítima ou merecedora de respeito e compensação financeira. Há, portanto, uma falta de reconhecimento, o que reforça as desigualdades de gênero e classe, perpetuando a ideia de que as responsabilidades do lar são um dever natural da mulher, em vez de serem vistas como um trabalho digno de valorização.

O mercado de trabalho por ser majoritariamente composto por homens constituiu um padrão em que os cargos mais importantes, empregos e papéis na indústria não eram designados as mulheres, havendo inúmeros preconceitos de gênero sob aquelas mulheres que se tornavam independentes e fugiam do estereótipo imposto a elas. O público feminino invade o mercado de trabalho e começa a exercer diversos lugares que antes eram preenchidos somente por homens.

No início do século XIX o Brasil estava dando seus primeiros passos nos movimentos feministas, mulheres que tiveram oportunidade de estudar começaram a lutar para ampliar o acesso ao conhecimento para outras com menos privilégios na área da educação. Elas abriram escolas, escreveram e publicaram livros e desafiaram a visão predominante da época, que afirmava que as mulheres não precisavam de instrução.

A autora Nísia Floresta (1989) atribui à influência cultural portuguesa a raiz do preconceito existente no Brasil e questiona de forma crítica a crença na superioridade dos homens. Segundo ela, homens e mulheres possuem distinções físicas, mas isso não implica desigualdades em termos intelectuais. Ela defende que as diferenças percebidas são resultado da educação recebida e das condições sociais a que cada um é submetido. Dessa maneira, já antecipava a compreensão de gênero como algo construído social e culturalmente, e não uma diferença natural.

Os movimentos feministas no Brasil seguem com forte difusão de jornais e revistas, caracterizados com um teor crítico e revolucionário que visava a inserção das mulheres em diversos âmbitos como o literário, social e político, este último sendo a porta de entrada para o direito ao voto feminino. Surge um movimento intenso e colossal de mulheres que clamam pelo acesso aos cursos superiores e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias. Há uma quebra no quadro que se manteve por séculos pautado na dominância do homem branco perante o sexo oprimido, sendo o público feminino o mais afetado pelas violências de gênero.

Na contemporaneidade, um número expoente de mulheres trabalham fora e contribuem com a renda familiar, buscando sustento para o lar, muitas delas são mães solas. Ademais, muitas mulheres se preocupam com sua jornada acadêmica e valorizam a construção de uma carreira profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso da sua vida. Além disso, o trabalho feminino passa a garantir, inúmeras vezes, a subsistência das famílias (Lipovetsky, 2000).

Entretanto, um fator determinante no papel da mulher no mercado de trabalho é a dualidade de exercer duas funções. A maternidade é um papel que está atrelado a imagem da mulher a séculos, visto que o sistema patriarcal instiga a procriação, no entanto, há uma cobrança maior para o público feminino, entre a vida profissional e privada. Essas duas esferas se chocam quando mulheres relatam sentirem-se prejudicadas pela cobrança e a necessidade de provar que são capazes de exercer um papel suficientemente bom enquanto mães, às vezes com o adicional de serem responsáveis pelas atitudes dos filhos, mas em seguida expressam sentimentos de completude, realização, amor inexplicável e felicidade ao exercer o papel materno (Roso & Gass, 2018).

O exemplo da autora Carolina Maria de Jesus retrata as dificuldades da maternidade solo enquanto mulher negra, mãe e escritora. Além desses aspectos, Carolina vivia em situação extrema de pobreza, sendo a única a prover sustento ao lar e aos filhos, passou por inúmeras adversidades. Ao publicar sua obra intitulada *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, Carolina de Jesus traz uma nova representação da voz feminina nas obras literárias. É através de sua escrita que conhecemos a sua dura realidade, são relatos frutos das demandas da maternidade e de uma solidão que conduz a elaboração de seu diário, uma denúncia clara a condição deplorável em que viviam os moradores da favela Canindé, registrando em seu livro o preconceito que permeava as periferias no século XX. Segundo Magnabosco (2002):

Os diários de Carolina Maria de Jesus podem ser, assim, considerados testemunhos que borram as fronteiras da literariedade ao denunciarem uma outra experiência do sujeito do feminino, a partir das vivências e posições de enunciação da autora, a qual buscou – pelo conteúdo da narrativa e não por sua forma – simbolizar o que escapou e continua escapando aos olhares progressistas da modernização, ou seja, as fraturas expostas pela miséria ecológica, econômica, emocional e relacional, cruamente expostas na favela de Canindé (Magnabosco, 2002, p. 147).

Além do preconceito vivido, principalmente por ser mulher negra e mãe solteira, Carolina Maria de Jesus vivia uma constante luta contra a fome, com três filhos para alimentar e cuidar o fardo das responsabilidades pesavam sobre seus ombros. Um constante dilema sobre a cobrança, solidão e o estresse diário, são desabafos e relatos registrados em seu diário, este sendo seu único alívio e prazer em meio a tantas dificuldades.

Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. Refleti: preciso ser tolerante com meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pугente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar (Jesus, 2021, p.19).

Neste trecho específico da obra, percebe-se como a realidade para Carolina era dura e exaustiva, tendo que se desdobrar para conseguir levar o saco na cabeça e sua filha Vera Eunice nos braços, além de refletir acerca de sua condição como mãe solo, sem um cônjuge para compartilhar as responsabilidades.

Em um Brasil ainda retrogrado e opressor com mães solas, Carolina enfrentou diversos obstáculos para ser aceita em um emprego, devido a sua condição de mãe solteira e com três filhos para sustentar. Apesar disto, Carolina resistiu, começou a catar papel para sobreviver, sem abandonar seu outro grande sonho, ser uma escritora/poetisa. A habilidade de escrita de Carolina, que ela utilizava tanto como forma de proteção quanto como arma nos inúmeros conflitos que enfrentava, somada ao isolamento constante em relação aos demais moradores da favela e à ausência paterna na criação dos filhos, contribuiu para o desenvolvimento de um profundo senso de autonomia e bravura. Como forma de amenizar a vida, escrevia em seu diário:

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades (Jesus, 2021, p. 52).

Nessa época era comum a escrita por meio de diários, além de ser um item de fácil acesso. Carolina utilizava os diários para registrar suas produções literárias carregadas de vivência e de seu cotidiano. Expondo seus mais profundos sentimentos, revolta, tristeza, solidão, mas acima de tudo seu amor e cuidado aos filhos. O afeto materno permeia toda a sua produção literária, e esse vínculo com os filhos provoca, em diversos momentos, tristeza e aflição na autora. Essa dor surge principalmente por não conseguir oferecer uma alimentação adequada, vestimentas, calçados e uma moradia mais digna para as crianças. “Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos”. (Jesus, 2021, p. 11). Esse fragmento da obra evidencia o desejo genuíno enquanto mãe de Carolina, colocando as necessidades dos filhos acima das suas.

Sua condição como mãe solo, evidencia através de seus relatos uma luta e resistência diante de um sistema opressor, principalmente para as mulheres negras e periféricas. Sua voz sendo silenciada e sofrendo preconceito pelas próprias pessoas da comunidade onde morava, pois Carolina não tinha um marido e lidava sozinha com a família e a casa. A escritora subverte o padrão de família tradicional, sendo ela mesma a provedora e trabalhando como catadora de papel para conseguir colocar o alimento à mesa.

Carolina Maria de Jesus é voz e resistência em meio a uma sociedade preconceituosa. Ela representa a mulher que, ao exercer livremente sua feminilidade, escolhe seu parceiro. É uma escritora negra brasileira pioneira, que abriu caminhos para muitas outras produções literárias, criando uma nova poética jamais vista antes. Ela desafia as normas gramaticais, rompe com a invisibilidade social, reinventa a força materna e celebra a experiência da maternidade.

4.3 Confluências entre passado e presente

Durante séculos, o modelo de sistema patriarcal definiu o lugar da mulher de forma restrita, associando-a quase exclusivamente ao ambiente doméstico, à maternidade e ao cuidado familiar, negando a estas um papel de destaque na carreira profissional. O patriarcado, profundamente dominado pela autoridade e poder exercidos por homens, geralmente dentro da família e em outros contextos sociais, criou um padrão em que a figura da mulher é atrelada a serviços subalternos. Não somente no Brasil, mas enraizado em diferentes culturas pelo mundo, impôs uma divisão rígida dos papéis sociais, em que os homens eram vistos como provedores e as mulheres, como responsáveis pelo lar. A mulher tinha um único objetivo, casar-se e constituir família.

O papel ideológico desempenhado pela família, ao longo da história, permanece sendo considerada o núcleo central no processo de civilização, servindo como base para a humanização e socialização dos indivíduos. Portanto, a estrutura familiar aparece em diferentes culturas, historicamente, como uma forma de organização social essencial para a vida humana. É no ambiente familiar que o indivíduo encontra os recursos necessários para sua sobrevivência, além das condições fundamentais para seu desenvolvimento e realização pessoal (Petrini, 2003).

Há bastante tempo, o modelo tradicional de família deixou de ser visto como o único formato válido para compreender a formação familiar. Na contemporaneidade, surgiram novas formas de organização familiar, com configurações diversas e papéis menos rígidos do que aqueles estabelecidos no modelo tradicional imposto pelo patriarcado. Esses novos arranjos refletem os desejos e as necessidades dos indivíduos em busca de alcançar seus objetivos pessoais e coletivos, sendo a mulher sujeito ativo na luta por igualdade de gênero e direito a salários igualitários, exercendo cargos que antes eram exclusivos do sexo masculino.

Com o avanço dos séculos XIX e XX, sobretudo impulsionado pelas revoluções industriais e pelos movimentos feministas, começou-se a questionar de maneira mais

enfática essa divisão desigual. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, inicialmente em funções consideradas "de extensão do cuidado", como enfermeiras, professoras ou trabalhadoras domésticas, marcou um primeiro passo rumo à autonomia econômica e social. Ainda assim, essa participação era permeada por preconceitos e restrições, já que a mulher era constantemente lembrada de que sua principal função deveria ser a de mãe e esposa.

Historicamente, a sociedade estruturou modelos familiares baseados em papéis distintos para homens e mulheres. Durante muito tempo, a mulher foi vista sob a perspectiva masculina, sendo considerada frágil e inferior. Isso moldou seu modo de pensar e agir, reforçando um papel de submissão. Segundo Tavares (2003), as relações de gênero se formaram a partir de uma hierarquia que privilegia o homem e coloca a mulher em posição subalterna, tanto no espaço público quanto no privado. Nesse contexto, Giddens argumenta que:

As diferenças de gênero raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado (Giddens, 2001, p. 114).

É notável a influência cultural na vida dos indivíduos e os papéis atribuídos aos homens e às mulheres, que variam de cultura para cultura, embora os papéis dos homens sejam mais valorizados e reconhecidos. A partir do século XX, especialmente após as duas grandes guerras mundiais, a necessidade de mão de obra acelerou a entrada feminina em diferentes setores da economia. Durante os períodos de guerra, muitas mulheres ocuparam posições tradicionalmente masculinas em fábricas, transportes e escritórios, demonstrando competência e resiliência.

Nos anos 1960 e 1970, os movimentos feministas de segunda onda tiveram um papel fundamental ao pautar o direito ao trabalho digno e à igualdade salarial. As mulheres passaram a reivindicar não apenas o acesso aos postos de trabalho, mas também condições igualitárias e o direito de construir carreiras independentes, livres das amarras do machismo estrutural. Essas lutas trouxeram mudanças significativas, embora ainda não suficientes para eliminar as desigualdades de gênero.

Há uma confluência evidente entre passado e presente, os ecos do patriarcado ainda reverberam nas estruturas sociais, econômicas e culturais. Atualmente, a mulher no mercado de trabalho não é apenas uma presença, mas um agente transformador. Seu

percurso histórico, cheio de rupturas e conquistas, demonstra a importância de reconhecer e valorizar as trajetórias individuais e coletivas.

Portanto, apesar desse modelo já fixado tanto no homem quanto na mulher, esse quadro vem mudando com a visualização de novos horizontes, tendo um maior número de cargos de destaques ocupados por mulheres, com outras configurações diferentes dos padrões “normais” impostos pelo patriarcado.

Como é retratado na obra de Carolina Maria de Jesus, o papel de provedora está sob sua responsabilidade. A autora deixa claro em uma passagem do livro que não pode contar com o apoio de uma figura paterna, “[...] E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai.” (Jesus, 2021, p. 56). Carolina preocupa-se com a condição em que sua filha se encontrava, a criança estava doente e a mãe reflete sobre a falta de apoio por parte do pai, usando a ironia para criticar a ausência paterna ao destacar que pai e filha são desconhecidos.

Carolina não contava com a presença masculina, vivia a maternidade de forma solitária, sem o apoio dos pais de seus filhos. Como mãe solteira, assumia completamente a responsabilidade de sustentar a família, desempenhando funções geralmente atribuídas aos homens, ao mesmo tempo em que realizava os cuidados e afazeres ligados ao papel tradicional da mulher. (Santos, 2006, p. 39).

A escritora era a única responsável por garantir sustento, não deixando seus filhos passarem fome, mesmo em meio as inúmeras dificuldades que eram lhe impostas diariamente, saindo incansavelmente todo dia para catar papel e dessa maneira colocar o alimento a mesa. Deixando explícito em seus registros que não gostava de catar papel, mas fazia-o por necessidade para não faltar o necessário aos filhos.

Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. (Jesus, 2021, p. 56).

No trecho acima, Carolina Maria de Jesus expressa sua força e determinação ao enfrentar qualquer tipo de trabalho para sustentar seus filhos, destacando sua independência em contraste com a situação de outras mulheres da favela que precisam mendigar e ainda sofrem agressões constantes. Enquanto essas mulheres pedem socorro à noite, vítimas de violência doméstica, Carolina encontra relativa tranquilidade com seus filhos em seu barracão, ressaltando que, apesar das dificuldades, ela e seus filhos dormem

em paz, ao contrário das mulheres que sofrem com seus maridos agressivos e violentos. Ao afirmar que não sente qualquer tipo de inveja de suas vizinhas casadas que levam vida de “escravas indianas”, ela critica duramente o modelo patriarcal que oprime e submete as mulheres, reforçando sua escolha pela autonomia e seu lugar como mulher independente.

Dessa maneira, Carolina Maria de Jesus reafirma seu papel como mulher provedora do sustento ao lar, enquanto mãe solo e escritora, não deixando sua carreira no meio literário à mercê das dificuldades que se apresentam a ela. Sua história de vida retrata a realidade de muitas outras Carolinas no Brasil contemporâneo. Mães, acadêmicas, escritoras e acima de tudo mulheres que lutam pelos seus direitos e emancipação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação objetivou-se compreender como a maternidade solo da mulher negra é retratada na obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Ao registrar seu cotidiano na favela, Carolina evidencia como ser mãe sozinha vai muito além de criar os filhos: envolve lutar diariamente contra a fome, a miséria, o preconceito e a solidão.

Para a realização do objetivo a que esta pesquisa se propôs, aprofundamo-nos no universo apresentado no romance da autora, que engloba aspectos sociais, culturais e humanitários. A narrativa revela a força e a determinação de uma mulher negra que, mesmo sem apoio, assume a responsabilidade integral pelo sustento e cuidado dos filhos. Em cada trecho destacado na análise, fica clara a sobrecarga física e emocional que recai sobre Carolina, ao mesmo tempo em que transparece seu amor incondicional e o desejo de garantir um futuro digno para seus filhos.

Ao longo da análise, foi possível demonstrar como a obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, materializa a resistência e a denúncia social a partir da perspectiva de uma mulher negra e mãe solo, inserida em um contexto de marginalização literária e social. A partir da teoria da marginalização, evidenciou-se o silenciamento histórico das autoras negras na literatura brasileira, enquanto os conceitos de colonialidade de poder e de gênero elucidaram as estruturas que perpetuam a subalternização da mulher negra, especialmente no que tange à maternidade solo. As teorias decoloniais surgem então para quebrar esse padrão hegemônico que tem raízes no colonialismo.

Assim, foi de suma importância analisar a condição social de Carolina, sua atuação como provedora e cuidadora, e as confluências entre passado e presente, comprovou-se a atualidade e a urgência de discutir gênero, raça e classe de maneira interseccional. Assim, o trabalho cumpriu seu objetivo ao articular teoria e análise literária, reafirmando a relevância da autoria feminina negra como instrumento de resistência e revelando as continuidades das opressões estruturais na sociedade brasileira.

Dessa maneira, ao dar voz à sua própria história, a autora rompe com a invisibilidade que costuma marcar as trajetórias das mulheres periféricas, especialmente as negras. Sua escrita se torna uma forma de resistência e denúncia social, mostrando como a desigualdade de gênero, raça e classe se interligam e agravam os percalços da maternidade solo.

Portanto, conclui-se que a obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus não é apenas um relato pessoal, mas um importante documento social que nos faz refletir sobre as condições de vida das mães solo no Brasil. Carolina Maria de Jesus transformou sua dor em literatura e, com isso, deixou um legado que segue atual e necessário, ao iluminar realidades ainda invisibilizadas e reforçar a urgência de políticas públicas que amparem essas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Por fim, este estudo suscita questionamentos fundamentais sobre a persistência das desigualdades estruturais que atravessam raça, gênero e classe na sociedade brasileira, especialmente no que se refere à invisibilidade das vozes negras femininas e à desvalorização da maternidade solo. Questiona-se, por exemplo, quais políticas públicas poderiam efetivamente atender às necessidades de mulheres como Carolina Maria de Jesus hoje, ou de que forma a literatura contemporânea pode contribuir para a desconstrução dos estereótipos raciais e de gênero.

A partir deste trabalho, outras pesquisas podem aprofundar a análise comparativa com obras de outras autoras negras brasileiras ou latino-americanas, investigar recepções críticas da obra de Carolina em diferentes contextos históricos e culturais, ou ainda examinar a relação entre literatura marginal e movimentos sociais atuais.

Dessa forma, propõe-se como novos rumos possíveis a ampliação de estudos interseccionais que articulem literatura e estudos decoloniais, contribuindo para o fortalecimento de epistemologias que valorizem as experiências e narrativas de mulheres negras enquanto produtoras de conhecimento e agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

BERQUÓ, Elza. **Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica**. In: SCHWARCZ (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, Companhia das Letras, 1998, volume IV.

DA REDAÇÃO. **Mais de 80% dos brasileiros têm preconceito contra mulheres, diz ONU**. Veja, 12 jun. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/mais-de-80-dos-brasileiros-tem-preconceito-contramulheres-diz-onu/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

FANON, Frantz. **Pele Negra. Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: EDUFBA, p.199-205. 2008.

FERRÉZ (Org.). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica**. Rio de Janeiro: Agir, 2005a.

FERRÉZ. **Capão pecado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FONSECA, Maria Nazareth; JOVINO, Ione; MACHADO, Vanda; OLIVEIRA, Sílvia. **Autores afro-brasileiros contemporâneos**. In: SOUZA, Forentina; LIMA, Maria Nazaré (Org.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 113-178.

FLORESTA, Nísia. *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. **Serviço de Educação e Bolsas**. 4 ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

GUIARRARA, Paloma. **"Fome no Brasil"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fome-no-brasil.htm>. Acesso em 16 de março de 2025.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **As fronteiras móveis da literatura**. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/literatura--marginal>>.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad.: Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

PETRINI, João Carlos (2003): **Pós Modernidade e família: um itinerário de compreensão**. Bauru –SP. EDUSC, 2003.

SALGUEIRO, Maria A. A. **Afro-Brasildade e Literatura**. UERJ em Questão, Rio de Janeiro, v. VII, n. 74, p. 2, 30 nov. 2001.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. *Perú indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Revista brasileira de ciências sociais. vol. 32, n. 94, 2017.

QUIJANO, Aníbal. “**Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>>. Acesso em: 18. Mai. 2025.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.53-83.

LIPOVETSKY, G. (2000). **A terceira mulher: permanência e evolução do papel feminino**. São Paulo: Companhia das Letras.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (Org). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 84-95.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ROSO, A. R., & GASS, R. L. (2018). **Novos tempos, novos lugares: Reflexões sobre a maternidade em grupos de empoderamento de mulheres**. Psicologia em Revista, 24(2), 442-461. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p442-461>
» <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p442-461>.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 4ª Edição, 2004. ARROBA, Anna. Un mara, una madre: “hijos de...” en um país sin padres. Revista Realidad, nº 134, p. 677-696, 2012.

TAVARES, Márcia Santana (2003): Com açúcar sem afeto. In: **Encontro de História**. Apresentado no IV Encontro de História Oral do Nordeste. Campina Grande – PB, 2003.